

**III Congresso Regional  
da Psicologia**

**São Paulo  
reafirma princípios  
democráticos**



A categoria demonstrou maturidade no momento de debater as questões diretamente ligadas ao seu cotidiano profissional, agindo da mesma maneira ao discutir suas formas de representação.

PÁGINAS 8 E 9

**ENTREVISTA**

*Lidia Rosenberg Aratangy*



A PSICÓLOGA E CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES FALA SOBRE DROGAS, AIDS E DE COMO A PSICOLOGIA PODE CONTRIBUIR PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS.

Páginas 3 a 5

**CRIANÇA E ADOLESCENTE**

DESDE O INÍCIO DA MARCHA GLOBAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL, EM SÃO PAULO, MUITAS ENTIDADES FORAM ENGROSSANDO O CORDÃO. AGORA PRETENDEM DAR CONTINUIDADE AO TRABALHO DE COMBATE À EXPLORAÇÃO INFANTIL EM FÓRUM PERMANENTE. PÁGINAS 6 E 7  
VEJA TAMBÉM À PÁGINA 6 O QUE É O TRIBUNAL DOS POVOS QUE SE REALIZA NO BRASIL PARA JULGAR VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

**Entidades questionam MEC**

PSICÓLOGOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FAZEM GESTÕES JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA QUE APROVE PLANO ELABORADO COM A PARTICIPAÇÃO DE UNIVERSIDADES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS.

Página 11

**PSICÓLOGO! PARTICIPE DAS ELEIÇÕES PARA AS ENTIDADES.  
DÊ O SEU VOTO!**

## EDITORIAL

## Prestando contas...

**E** hora de prestarmos contas, a você, psicólogo, que apostou em nossas propostas, e àqueles que recém chegaram à nossa profissão. Findando dentro de alguns meses nossa gestão, nos orgulhamos de dizer que cumprimos o que propúnhamos em nosso programa. Alguns pontos, mais aprofundadamente, outros novos frente a urgência da situação. É o caso por exemplo, dos exames de avaliação psicológica para obter a habilitação de motorista ou o psicotécnico, que exigiram do Conselho Regional de São Paulo e de outras entidades, uma mobilização rápida para enfrentamento no Congresso Nacional. Ganhamos uma batalha, mas a guerra ainda não terminou.

Incansáveis nas lutas pela cidadania, buscamos sempre trazer reflexões, através de nossos eventos e nosso jornal. Nossas fiscalizações foram, prioritariamente, direcionadas a levantar as condições em que o psicólogo está submetido em seu trabalho, assim como a população tem sido atendida, o que exige de nós estarmos sempre alerta quando os mandos e desmandos dos governantes de plantão provocam uma encruzilhada ética aos nossos colegas.

Esse é um processo que os psicólogos construíram, dando um sensível passo para a democratização dos conselhos profissionais, sempre ameaçadas por posições reacionárias e autoritárias, rele-

gando a segundo plano as diretrizes emanadas nos Congressos Regionais e Nacionais.

Realizamos o III Congresso Regional da Psicologia, remando contra a maré conservadora, acreditando na importância dos eventos preparatórios, como forma de mobilização dos psicólogos para a discussão dos temas.

É com esse retrato que estamos próximos ao III Congresso Nacional da Psicologia que, pela primeira vez, tem reduzida a delegação de São Paulo, apesar de aqui contarmos com quase 40% dos psicólogos do Brasil e o maior número de entidades de formação.

Este é um ano de eleições para governos Federal e Estadual, além do Congresso Nacional e Se-

nado. É ano também de eleições para os conselhos regionais e Federal de Psicologia, Sindicato dos Psicólogos e esperamos afugentar de vez o autoritarismo que muitas vezes afligem as relações entre as entidades.

Inauguramos o mês passado, um novo canal de comunicação com a categoria, o nosso site <http://www.crp.org.br>. É mais um passo para a agilização das informações e transparência de nossas ações.

Continuamos na luta pelo fortalecimento de nossa ciência que, com seus conhecimentos, traz questionamentos profundos sobre nossa época e os sintomas decorrentes de uma "mal-dita" ética do mercado.

## CARTAS

## GRUPOS DE AUTO-AJUDA

Gostei muito do artigo sobre grupos de auto-ajuda publicado no **Jornal do CRP** edição de mar./abr. Coloco à disposição de colegas interessados no tema minha dissertação de mestrado "Grupos de Auto-ajuda" - uma alternativa na assistência psicológica" (PUCSP - 1985). Se possível, gostaria de obter o endereço onde funciona um grupo de dependentes de amor e de sexo para encaminhar uma pessoa residente em São Paulo no bairro do Jabaquara.

**Solange Tolomio Guimarães**  
CRP - 06/02291-9

Resposta da redação - Há um grupo de dependentes de amor e de sexo que se reúne às 4ª-feiras às 20h00 e aos sábados às 18h00 à Rua Clodomiro Amazonas, 50 - Itaim Bibi.

## AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Face à divulgação no **Jornal do CRP** sobre o credenciamento para a prestação de serviços em avaliação psicológica para concessão de porte de arma federal, e tendo recebido o mesmo nos últimos dias para o encerramento das inscrições, acabei perdendo o referido prazo por não me encontrar na capital.

No dia 7 do corrente, compareci com a documentação à Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo e fui atendido pela delegada Vera Lúcia Utiyama, responsável pelo assunto na região, a qual me informou que, como

havia recebido muitos currículos, não seria mais possível o recebimento.

Tendo argumentado que recebi o mencionado jornal em cima do prazo, pois o mesmo foi postado somente no dia 17/04, e que talvez seria devido ao fechamento da edição de março/abril, não foi possível o recebimento de meu *curriculum vitae*.

Assim sendo, solicito a oportunidade de meu *curriculum vitae* ser analisado juntamente com os demais candidatos da capital do Estado de São Paulo, uma vez que me senti prejudicado pelo meu próprio conselho regional, o que deve ter ocorrido também com outros colegas.

**Mario Baptista Filho**  
CRP - 06/10756-7

Resposta da redação - O Conselho Regional de Psicologia lamenta o ocorrido. No entanto, não pode se responsabilizar por eventuais atrasos provocados pelos correios, uma vez que a partir do momento em que o jornal é postado não há como fazer ingerências naquele órgão do governo federal. Quanto à sua solicitação, não há como o CRP intervir nas regras decididas pela Polícia Federal ou por quaisquer outros órgãos públicos ou privados para seus concursos e seleções. Trata-se de procedimentos internos.

## DESABAFO

Desde que me conheço por gente vejo as dificuldades por que o povo do Nordeste passa,

mas hoje abri o jornal e vi a pobreza, a dor, a necessidade, a indignação, a falta de tempo, a ignorância e o egoísmo dos nossos atuais políticos olhando para si próprios. Somos, a toda hora, enganados e parece que vivemos para isso. Estou mostrando a indignação que tenho, não conheço um político até hoje que faça algo pelos outros, a não ser por si próprio. Todos que ingressam na política, se antes pensavam no povo, quando entram mudam e "só" querem se dar bem, e às vezes entram na política para isso, não para pôr ordem neste país, que poderia ser realmente lindo como o seu aspecto externo, aquele que vai nos cartões-postais.

Quando tinha uns 15 anos foi a primeira vez que ouvi falar desta tal política, e via na televisão os partidos brigando, por um lado a esquerda, na época o MDB, e por outro o governo, a Arena. Nossa, me lembro das pessoas, o que prometiam, e hoje comparando as épocas, 16 anos depois, vejo que tudo continua a mesma coisa, e como sempre a cabeça do povo muda primeiro do que a dos políticos.

Sabe Deus, não ponho só a culpa neles, muitas vezes nós por mera ignorância dos fatos, por não gostar de ver os jornais, por alienação, por ser uma coisa muito forte para se ter contato, sei lá, por várias desculpas que poderia inventar agora, também não arregaçamos as mangas e nos colocamos à disposição para ajudar no que for preciso. Às vezes achamos que um saco de arroz perto da pobreza de lá é muito pouco para

darmos, e como não temos mais que isso não damos nada. (...)

**Sônia Bertelli**  
CRP-06/52195-9

## ÉTICA

Parabenizo-os pela palestra "Ética, psicologia e excluídos", ocorrida em 23 de abril, pela escolha dos palestrantes, que possibilitaram a reflexão, o olhar e a escuta diferente do comum hoje em dia, com relação a esta questão tão importante e crucial.

Aproveito para parabenizá-los também pela nova sede do CRP-06, que representa a continuidade do trabalho de discussão e reflexão que esta gestão vem mantendo, vencendo bravamente as dificuldades e críticas daqueles que se acomodam na luta, não só pela divulgação de nossa profissão, mas também pela importância desta na nossa vida psíquica, emocional, cujo reconhecimento nos traz melhores condições de vida.

**Maria Luísa Campos**  
CRP - 06/35353

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

## Conselho Regional de Psicologia

## Conselheiros:

**EFETIVOS:** Ana Maria R. de Carvalho, Augusto Sérgio Callile (licenciado), Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria

Cristina Pellini, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine.  
**SUPLENTE:** Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Luiz Humberto Sivieri e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

## O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

**Equipe Editorial:** Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis  
**Jornalista Responsável:** Juliana Motta  
**Redação:** Juliana Motta  
**Revisão:** Dinorah Ereno

**Diagramação e Editoração Eletrônica:** Digital Artes Com. e Edit. (011) 3105-6098  
**Impressão:** Bangraf  
**Tiragem:** 40.000 exemplares  
**Periodicidade:** Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004  
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - <http://www.crp.org.br>

## ENTREVISTA

Lídia Rosenberg Aratangy

# A escola é a salvação

Foto: Márcia Zoet



**L**ídia Aratangy define sua trajetória profissional como pouco linear. De fato, desde que ingressou no Instituto de Psicologia da USP, no início dos anos 60, fez de tudo um pouco. No início chegou a mudar de área, tendo se formado em biologia e trabalhado durante 15 anos como geneticista. Fez mestrado em bioestatística e aconselhamento genético. Também foi professora e diretora da Faculdade de Psicologia da PUC de São Paulo. Chegou a ser professora e aluna ao mesmo tempo, na PUC, quando sentiu que precisava retomar sua formação para poder se dedicar àquilo que a instigava desde o tempo em que decidiu "o que queria ser quando crescesse": psicoterapeuta. Tornou-se conhecida como sexóloga e pelo trabalho que desenvolve com adolescentes.

Atualmente, também é conselheira do Conselho Estadual de Entorpecentes e está prestando assessoria para o Ministério da Educação sobre ética na escola. Nesta entrevista ao **Jornal do CRP**, ela conta como era a profissão quando terminou a graduação na USP, fala das diferenças que marcam o ensino de psicologia hoje e do papel que a escola deve ter no trabalho de prevenção de drogas e de formação de seres humanos integrais.

**CRP - Embora tenha feito uma opção pela atuação clínica, a senhora sempre teve uma atuação diversificada. Como foi essa trajetória?**

**Lídia** - Minha trajetória é pouco linear. Escolhi fazer psicologia naquele momento em que escolhemos o que vamos ser quando crescer. Eu queria ser psicoterapeuta, como quer que isso se chamasse para mim. Eu fui da segunda turma da USP. Naquele tempo o curso oferecia 20 vagas e aprovou 12 alunos no vestibular. E, desses 12, nem todos cursaram. Então foi um curso muito peculiar, muito interessante. Mas o curso não formava psicólogos, e sim bacharéis em psicologia. Ser bacharel em psicologia nos dava o direito a lecionar psicologia nas faculdades de psicologia. Só que a única faculdade de psicologia no Brasil daquela época era a da USP, que, absolutamente, não estava

precisando de professores. Isso foi no início da década de 1960.

Então, eu me vi com um "não diploma" de psicóloga. A única maneira de a gente virar psicóloga na época era fazendo o curso do Sedes Sapientiae. O belo curso do Sedes, de dois anos, que tinha sido montado para transformar em psicólogos os egressos de faculdades de pedagogia, de filosofia, serviço social. Esse era o caminho e eu resolvi segui-lo. Nesse momento, surgiram duas vertentes dentro de mim, antagônicas. Uma, horrorosa, da qual eu até me envergonho um pouco. Era uma vertente "uspiana", arrogantezinha. Nada era suficientemente bom para o nariz do uspiano. Então eu franzia o nariz para aquelas coisas formidáveis, maravilhosas, que a Madre Cristina oferecia. Achava que nada era novidade. Grande besteira, tudo era novidade, pelo enfoque, objetivo, mas claro, eu tinha tido uma visão teórica daquelas coisas no curso de psicologia. E era uma das primeiríssimas a chegar lá egressa de um curso de psicologia mes-

mo. A outra vertente me dizia que não ia ser curso de dois anos de coisa nenhuma que iria me transformar em psicoterapeuta. Eu tinha 21 anos, estava absolutamente verde. Não tinha a menor condição de ouvir o meu próximo, quanto mais de entendê-lo.

Nessa época, houve uma grande virada na minha vida. O Frota Pessoa, da biologia da USP, que tinha sido meu professor, me chamou para trabalhar com ele como estagiária na bioestatística. Fui fazer biologia. Fiz o pós em bioestatística, comecei a trabalhar com aconselhamento genético e fui para a Itália fazer mestrado em genética médica. Fiquei 15 anos trabalhando com o Frota Pessoa em genética e comecei a dar aulas de genética humana e psicobiologia. Primeiro na PUC, depois dava umas aulas na USP também. Na USP eu basicamente trabalhava com aconselhamento genético com o Frota Pessoa. Na PUC eu dava aula e sou professora titular de genética. Escrevi um monte de livros de biologia com o Frota Pessoa.

Depois de 15 anos nisso, comecei a perceber que no aconselhamento genético eu já estava começando a fazer psicoterapia de mentirinha. A minha ligação com os pacientes estava mudando de nível de categoria. Eu estava muito mais acompanhando os casais em gestação complicada, acompanhando casais com crianças com problemas. E aí, um belo dia, na hora da verdade, cheguei à conclusão que se queria fazer isso era preciso fazer direito.

Naquelas alturas, eu era uma geneticista bem-sucedida e achei que não ia perder tempo correndo atrás de papéis. E ainda bem, porque isso me obrigou a viver uma experiência que foi muito importante, porque fui fazer na PUC os dois anos de formação profissional que não tinha no curso que eu fiz.

E aí, vivi a experiência muito interessante de me transformar em aluna numa faculdade em que eu era professora titular. Eu já era professora há 12 anos e vim a ser aluna de antigos alunos meus, praticamente todos os que foram os meus professores tinham sido meus alunos. E como o curso da PUC é carregado de optativas, eu tinha como colegas muitos dos meus alunos. Muitas vezes acontecia de eu sair de uma sala em que estava dando aula e entrar na sala ao lado onde ia assistir, como aluna. Outras vezes eu simplesmente mudava de lugar na mesma sala. Terminava de dar uma aula e sentava para assistir aula.

Essa experiência foi muito importante. Foi um banho de humildade essencial para o trabalho que eu me propunha a fazer como terapeuta. E, mesmo depois, quando comecei a trabalhar como

## A PSICÓLOGA E CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE ENTORPECENTES FALA SOBRE DROGAS, AIDS E DE COMO A PSICOLOGIA PODE CONTRIBUIR PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS

"Essa experiência foi um banho de humildade essencial para o trabalho que eu me propunha a fazer como terapeuta"

## ENTREVISTA

"Hoje penso que na psicologia, como na escola de modo geral, a formação tem sido mais técnica e menos humanista"

terapeuta, continuei ligada sempre às questões de educação.

**CRP - Como foi a experiência de ser diretora da faculdade de psicologia da PUC?**

**Lídia** - Essa experiência foi decorrência de minha vivência de ter sido aluna e professora titular da faculdade ao mesmo tempo. Ter me submetido a um currículo que eu tinha ajudado a montar. Eu tinha visão disso.

Foi uma sugestão da Maria do Carmo Guedes, diretora da faculdade nessa época. Quando ela sugeriu que eu deveria me candidatar, por essa bagagem, eu levei um susto. Achei que não tinha nenhuma vocação administrativa. Mas, pela possibilidade de transformar em algo concreto essa experiência de tantos anos em papéis tão diferentes, eu topei concorrer. Foi uma eleição bonita, havia duas chapas. Na outra chapa havia colegas que eu muito respeito e prezo e que depois vieram a ser colaboradores importantíssimos na minha gestão.

O que me ajudou muito nessa experiência bastante penosa foi que eu tive o bom senso de escolher para ser meu vice-diretor alguém parecido comigo. A primeira idéia era ter como vice alguém que me complementasse. Alguém que gostasse do lado administrativo, que lidasse bem com os papéis. Mas me dei conta que se entrasse nessa estaria perdida porque iria ter de trabalhar com alguém que ia estar me chateando o tempo todo, querendo que eu trabalhasse de um jeito que eu não queria muito. Eu não queria um sargento. Assim, meu companheiro de chapa foi o Miguel Perosa. Ele foi meu companheiro de chapa, meu companheiro na gestão e quem, de fato, tornou esse processo tolerável.

Nessa época eu já trabalhava como terapeuta e isso foi importante para ser diretora de faculdade. A PUC não tinha ainda sido dirigida por alguém com essa formação. Os diretores anteriores tinham experiência com pesquisa, educação, enfim, com outras áreas da profissão. Então foi interessante também levar essa visão para a direção da faculdade.

**CRP - Como a senhora avalia as transformações que a formação do psicólogo veio sofrendo ao longo do tempo?**

**Lídia** - Penso que a grande diferença passa pelo ensino como um todo, e não só pelo da psicologia ou o do terceiro grau. Tínhamos uma escola, de modo geral, mais ampla, que formava pessoas mais completas, menos profissionais com certeza. O curso que fiz na USP, por exemplo, dava uma excelente formação humanista. Tínhamos curso de sociologia, um dos melhores na época na USP. Tínhamos curso de antropologia, filosofia. Essa formação humanística era mais ampla e mais

funda, um calço muito bom. Em contrapartida, não havia nada de formação profissional quando eu fiz. Depois, foi acrescentada a parte de formação profissional. Mas ficou complicado, o currículo ficou muito carregado. Depois fomos sacrificando essa parte da fundamentação, essa parte mais ampla. Na PUC houve uma tentativa de oferecer um curso básico, que, em princípio, teria suprido essa parte. Embora a intenção fosse essa, acabou não funcionando assim. E aí, a impressão que tínhamos era de que o curso começava só no segundo ou terceiro ano. O pessoal se queixava disso. Hoje penso que na psicologia, como na escola de modo geral, a formação tem sido mais técnica e menos humanista.

**CRP - Há algum tempo o conselho vem discutindo a questão das diretrizes curriculares para os cursos de psicologia. A proposta formulada por uma equipe de especialistas do MEC prevê cursos reduzidos de graduação, com caráter técnico. No caso da psicologia, o aluno, aos 16 anos, vai ter de fazer uma escolha entre quatro áreas: saúde e clínica, trabalho, social e comunitária e educação. Ele entra, se especializa, e sai técnico naquilo que escolheu depois de três anos. E ele não pode fazer mais de duas opções. Isso contradiz as diretrizes traçadas em todos os congressos de psicologia que definiram que a formação deveria ser generalista e humanista. Como a senhora vê isso?**

**Lídia** - Acho lamentável. Essa tendência me assusta, me incomoda. Apesar de aflita, contudo, tenho medo de entrar num processo de angústia paralisante. Minha angústia levou-me a querer botar a colher no começo desse processo. Por exemplo, nesse momento, estou trabalhando numa assessoria junto ao MEC, para formação de professores de primeiro grau. Acabei de entregar um argumento que vai se transformar em roteiro para uma série de vídeos para formação de professores de primeira a quarta séries, sobre a ética no convívio escolar.

Acabamos de fechar um documento para professores de quinta a oitava séries sobre a cultura da juventude. É um documento sobre quem é o interlocutor do professor. Quem é essa pessoa que está sentada ali. Penso que é um grande avanço quando o Ministério da Educação está preocupado com isso, achando que isso deve fazer parte da bagagem do professor. Então eu estou envolvida com esse projeto que acho interessante.

Penso que é aí que o processo começa. O pessoal da escola está com reivindicações muito importantes, as questões

salarial, da dignidade, do status do professor são fundamentais, mas não dá mais para a gente ficar aí, nessa conversa de que o governo não apóia e que enquanto estiver assim não dá para fazer nada. Penso que dá para fazer, sim. E, principalmente, professor falando mal da escola e do governo, nesses termos, me lembra um pouco a conversa das mulheres que ficam falando mal dos homens, porque os homens isso, os homens aquilo, esquecidas de que todos eles foram educados por mulheres. E se temos o poder de fazê-los assim, provavelmente temos o poder de fazê-los diferentes.

E mesmo quando na escola o professor fica falando, porque as autoridades e os governantes, todos eles passaram pelos bancos da escola. Se não saíram de lá com uma melhor visão da importância do ensino, alguma coisa está errada na maneira de a gente ensinar. E olha, é verdade, o professor é mal pago e mal considerado e tem poucas condições de trabalho, mas o operário da construção civil é mais mal pago ainda, mais aviltado ainda e as casas não caem. Quando caem, não é porque eles não assentaram os tijolos direitinho. Eles põem os tijolos direitinho. Vai olhar o trabalho do pedreiro, do assistente do pedreiro, que é a coisa menos remunerada na escala dos assalariados.

Então, eu acho que começar do terceiro nível vai ser difícil. Há toda uma maneira de olhar para a escola há muito tempo que foi entortando e, como não é a Torre de Pisa, tende a cair.

Eu me lembro de um momento em que saiu um documento, na década de 60, que indagava para quê o filho de lavadeira tinha que aprender latim. Acho que a primeira vez que alguém falou uma burrada dessas a coisa começou a desvirtuar. Eu lembro que sim, eu estudei num colégio estadual e tinha como colega a filha da lavadeira, literalmente. Estudávamos latim juntas. E latim, e francês e todas essas coisas que foram, num certo momento, consideradas supérfluas. Acho uma arrogância pensarmos isso.

Agora, é preciso ter coerência. Se estamos formando um primeiro grau assim, nós vamos ter que formar um segundo compatível com isso. Tem que vir uma onda diferente. Tenho sentido melhores ventos soprando no setor da educação. Ainda não estou sentindo isso na saúde, na política não estou sentindo, mas na educação estou. No primeiro grau. O terceiro grau ainda é consequência daquele primeiro e daquele segundo. Foi na década de 60 que isso foi implodido e nós vamos pagar ainda. Essas coisas são como na genética, levam um tempão até expurgar os genes todos.

**CRP - Além dessa atuação, a senhora também é conselheira do Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen-SP). Como faria um diagnóstico da forma como estão as políticas públicas para as questões da drogadição e da Aids?**

**Lídia** - O que temos sentido é um descompasso muito grande entre o que acontece naquela sala de reunião do Conen e o que acontece fora daquela sala. Aquele órgão, aquela mesa, é muito interessante. Existem representantes de correntes bastante diversificadas, diferentes além de diversas, com posturas diferentes, com formações diferentes, com opiniões diferentes. E isso acontece de maneira bastante democrática e respeitosa.

Estando dentro daquela sala tem-se a impressão de que o Conen é um órgão vivo, interessante, interessado, que está lidando com esses problemas de uma maneira nova, em que vozes destoantes de uma política mais conservadora são ouvidas, têm voto. Agora, de vez em quando tenho uma sensação muito melancólica: parece que estamos nos distraíndo lá com essas conversas enquanto as coisas vão acontecendo na mais absoluta contramão do que decidimos lá.

Por exemplo, o Conen é o órgão responsável por todos os programas de prevenção, de tratamento e repressão às drogas. Qualquer projeto, em qualquer dessas áreas, tem que passar por sua aprovação. E tem chegado lá, de diferentes maneiras, vindo de diferentes fontes, sistematicamente, um projeto da polícia militar que prevê o policial militar dando aulas sobre drogas para alunos de primeiro e segundo graus. No primeiro grau ele entraria com sua farda completa, mas não armado. E a partir da oitava série ele entraria não só com o fardamento completo, mas armado. E eu não vi nenhuma dissidência do Conen com relação a isso. Há uma unanimidade, ou um consenso contra isso. Na sala de aula, só o professor. Inclusive porque há bastante serviço para o guarda fazer fora da escola, fora da sala de aula. E não está faltando professor para tratar da questão da droga na sala de aula. Essa é também a posição do Conselho Federal de Entorpecentes. Então, não entendo como é que há guardas dentro da sala de aula de muitas escolas falando sobre drogas.

**CRP - A senhora citou um documento da década de 60 que questionava a validade de a filha da empregada aprender latim. E agora cita esse projeto para a polícia estar dentro da sala de aula. Se pegarmos esses pontos e traçarmos uma trajetória, uma tendência na educação brasileira, que tipo de criança e de adolescente a nossa escola está formando e como a psicologia deve intervir nisso?**

**Lídia** - Esses não são os únicos dois pontos que estão aí para mostrar um caminho. Existem muitos outros. Por exemplo, em relação a esse projeto da polícia militar, existe um ponto que é o Conen em consenso dizendo não. E vai dizer, e vai continuar dizendo. Nós talvez não tenhamos mais armas do que a polícia militar, mas talvez tenhamos mais pertinência do que a polícia militar. E tem outras forças além das forças das armas que começam a se fazer ouvir. Tem aí representantes de segmentos muito impor-

"Temos sentido um descompasso entre o que acontece na sala de reunião do Conen e o que acontece fora daquela sala"

## ENTREVISTA

tantes que vão se fazer ouvir.

É verdade que essa tendência de formar cidadãos de diferentes categorias, aqueles que aprendem latim e aqueles que não precisam saber latim, num certo momento, indicava um rumo tenebroso. Mas a minha impressão é de que, essas trevas, já a atravessamos.

Esse caminho que a tua reta indica aconteceu mesmo, só que sinto que ele está no passado. Hoje, estamos fazendo a leitura crítica dessa trajetória. Estamos podendo denunciar isso, e veja, está aí o MEC, fazendo um documento a respeito do que é a juventude de hoje. E esse documento não está aí para apontar para o professor quem é o inimigo, o adversário dele, mas para ajudá-lo a entender quem é o seu interlocutor. A meu ver, essa é uma nova maneira de olhar a relação professor/aluno.

No momento em que estamos fazendo uma série de materiais para chegar ao professor sobre a ética no convívio escolar, estamos tratando da questão da violência ali mesmo, no nascedouro. O primeiro desses vídeos fala da relação professor/aluno, da violência da escola e não na escola, tentando contar para o professor que quando esta criança chega à porta da escola ela já é vencedora de muitas batalhas. Essa criança chegou lá tendo vencido a desidratação, o tétano umbilical, a ignorância, a miséria, tendo vencido o apelo da rua, tendo vencido o apelo do traficante de droga. Ela foi para a escola. Ela tem que ser recebida como um herói. Temos que cercá-la de todos os cuidados para ela ser a protagonista de uma boa história. Não é o que costuma acontecer. A realidade ainda não é esta, mas acho que na hora em que começamos a lidar com isso, é porque estamos querendo mudar essa realidade.

Eu não acredito que haja nada mais revolucionário do que a educação. E a educação do professor. E a educação do primeiro grau. E eu acho que estamos cuidando disso.

**CRP - E, nesse processo, qual o papel da psicologia?**

**Lídia** - Penso que um enorme progresso - que tem tudo a ver conosco - é essa idéia de que a sala de aula é também o lugar das emoções. A idéia de que, quando o professor responde ao seu aluno, ele está respondendo não só àquela criança que está na sua frente, mas também está respondendo em função de preconceitos e de marcas que carrega no seu mundo interno.

Na hora em que pudermos ajudar esse professor a olhar para si, a perceber as emoções que estão fluindo na sala de aula, a perceber o jogo dos afetos que o estão atravessando e a seus alunos, a perceber que eles estão inseridos num contexto um pouco mais amplo, que esse aluno traz uma história dentro de si, a percepção dessa dinâmica é uma contribuição que tem a ver com a psicologia.

**CRP - Em outras palavras, a psicologia é fundamental para o desenvolvimento da cidadania na escola?**

**Lídia** - Sem dúvida. A escola é o espaço da salvação. Não tenha dúvida. Se falarmos de droga, de Aids, de gravidez adolescente, o lugar onde temos que colocar a alavanca para mover o mundo é a escola. A escola tem que ser um lugar onde o adolescente vai poder crescer e vai receber alimento para esse crescimento.

Desse alimento nós, psicólogos, entendemos. Somos nós que entendemos desse alimento. Então, esse espaço, que antigamente se chamava orientação educacional, adquire uma importância cada vez maior. Quando a escola puder dar alimento para vários canais que podem fazer fluir essa emoção, essa coisa da pertinência, da inquietação que a droga oferece como uma grande ilusão, esse vai ser o lugar onde o aluno vai poder, de fato, receber prevenção de uso de drogas.

Acho que a principal questão que está por trás do problema de drogas é a questão da liberdade no sentido de que o que leva um adolescente a experimentar a droga vem do mesmo lugar daquilo que levou a humanidade em direção ao microscópio, ao telescópio, às viagens espaciais. Essa curiosidade, esse desejo de romper com as barreiras, de conhecer mais, de experimentar mais. O impulso é da maior dignidade. Ele vai experimentar drogas para tentar romper essa barreira de ter um destino só, de viver dentro de uma pele só. Só que esse impulso que leva a experimentar, que leva em direção ao desejo de liberdade, quando alimentado pela droga, acaba desembocando na prisão mais terrível que é a da dependência química. Então esse paradoxo da questão das drogas é crucial e para se tratar de prevenção.

Temos que tratar por esse ângulo e não tentar exterminar esse impulso, que é o que a política repressiva faz. Não adianta dizer não. O que a escola e os educadores têm que fazer - e aí nós nos incluímos com toda certeza - é encontrar canais mais válidos para esse impulso.

**CRP - Nesse caso, tratar a questão sob esse ponto de vista que a senhora está colocando passa pela discriminação das drogas?**

**Lídia** - Pode até passar. Na verdade, sob o aspecto da prevenção acho que essa é uma questão secundária. Porque, se olharmos bem, a grande maioria das drogas é absolutamente legal. As mais usadas pelos adolescentes são legais, e podem ser compradas no bar da esquina, na padaria ou na farmácia. Embora eu acredite que esse seja um ponto a ser discutido, eu não centraria a minha força nesse tipo de batalha. Do mesmo jeito que escolho os espaços onde tenho uma contribuição diferenciada a dar. E com certeza não é aí.

**CRP - Mas a legislação que nós temos hoje marginaliza indiscriminadamente as pessoas.**

**Lídia** - É verdade, mas penso que temos um trabalho muito mais amplo e mais fundo, que é mexer com as mentalidades, com as cabeças, com os preconceitos. Aí sim, não

é com legislação. Por aí nós temos pouco poder, e no meu caso, pouca competência.

A minha competência está em olhar para a dinâmica dos afetos. É disso que entendemos e isso, onde quer que se vá, acontece. Em qualquer contexto.

Penso que a questão da prevenção de drogas passa sim pela questão da cidadania. Esse adolescente busca nas drogas um sentido de pertencer, de fazer parte de um grupo. É pouco uma cultura que tem para oferecer isso como grupos de pertinência. Acho que a escola podia fazer mais do que isso. Podíamos estar oferecendo bandeiras melhores. O adolescente é ávido por bandeiras, e esse é o momento da vida em que o universo se expande e o mundo deixa de ser o da família. Ele começa a enxergar o mundo e podíamos estar oferecendo bandeiras melhores. Então, acho que a legislação sobre drogas é importante e tem que ser abordada, mas não é a minha questão. Primeiro por isso, eles usam drogas que são lícitas e nem por isso menos perigosas. E depois porque o lugar para a gente enfiar a colher é na escola, nas relações. Quando um professor de primeiro grau diz para o aluno que ele não tem jeito mesmo, que não vai dar nem para faxineiro, hoje em dia, ele está condenando este aluno.

**CRP - Quando um adolescente é preso por estar com um cigarro de maconha, porque se considera que ele será automaticamente um traficante, a condenação também está posta.**

**Lídia** - Com certeza, mas estou falando de um momento anterior. Na época da guerra do Vietnã, nos EUA estar dentro da universidade era uma forma de não ser convocado. E os professores estavam desesperados porque tinham em suas mãos o poder de vida ou de morte de seus alunos. Eles passaram por problemas seriíssimos por causa disso. Os nossos professores, os de primeiro grau principalmente, estão um pouco com esse poder nas mãos. É uma guerra.

Nossas expectativas se baseiam no visível. É claro que o professor forma expectativas a respeito do seu aluno. E as expectativas deles se baseiam na roupa que o aluno está vestindo, na higiene do aluno, em sua capacidade de prestar ou não atenção. Então, sem perceber ele começa a marginalizar o aluno, primeiro na sala de aula e, depois, socialmente. Então esse aluno marginalizado vai repetir o ano uma vez, duas, três e vai ser muito maior do que os colegas, a aí sua auto-imagem se danou e ele está condenado a ser um marginal mesmo.

**CRP - A senhora disse que está sentindo bons ventos na educação. Em maté-**

"Quando um professor de primeiro grau diz para o aluno que ele não vai dar nem para faxineiro, ele o está condenando"

**ria recente publicada no Jornal do CRP, sobre municipalização do ensino fundamental, constatamos que estão sendo fechadas salas de aula, que a evasão escolar está muito grande e que os municípios não estão agüentando manter o ensino municipalizado. Como a senhora vê essa contradição entre o projeto pedagógico que citou e para o qual está prestando assessoria e o projeto de administração do ensino que provoca o fechamento de classes e a evasão escolar?**

**Lídia** - Não basta ter um belo projeto se ele não está chegando onde tem que chegar. Isso é verdade. A instância que vai poder fazer essa revolução é a sala de aula, mesmo. Sala de aula quer dizer cada escola.

Acredito que o foco tem que ser cada escola, as Associações de Pais e Mestres, tem que ser aquilo que é verdadeiro, que é vivo. E vou ainda mais longe. Acho que temos que fazer a coisa direta. Tem que sair das duas pontas. E para a escola se mexer temos que mobilizar aquilo que existe de vivo nela. Cada escola tinha que ter a sua Associação de Pais e Mestres funcionando e ser esse o depositário do projeto. Eu tenho a impressão de que no projeto de educação à distância, que é uma das áreas que o Ministério está contemplando, isso está planejado mais ou menos assim. A verba vai direto para a Associação de Pais e Mestres. A Associação administra todo o projeto de educação à distância. Seja o computador, o vídeo etc. E eu acho que é por aí mesmo a saída. Não adianta carregar na parte burocrática, se municipaliza ou não municipaliza. A escola vive dos seus alunos, dos seus professores e da comunidade em que ela está inserida.

**CRP - Mas entregar o projeto nas mãos da Associação de Pais e Mestres também pode ser uma nova forma de exclusão. Porque é diferente ter à frente de um projeto um grupo de educadores para pensar a educação em termos globais de ele estar nas mãos de um grupo de pais cuja preocupação se "limite" ao futuro de seus filhos.**

**Lídia** - Você tem possibilidade de exclusão em todos os lugares. Qualquer projeto com qualquer forma de aplicação tem jeito de ser distorcido. Eu ainda acho que se você tiver um contato mais direto com o seu verdadeiro usuário, você tem menos chance de exclusão. Além disso, esse pai está com o professor do lado. Ao lado dele está o professor, e uma coisa é o projeto global e outra é a tradução desse projeto dentro da sala de aula. Porque se tivermos só os pensadores de gabinete para elaborar o projeto global, isso vai ficar só um projeto global dos gabinetes. Isso não vai ter a menor realidade na sala de aula.

"Se falarmos de droga, de Aids, de gravidez adolescente, a alavanca para mover o mundo é a escola"

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

# Tribunal julga Brasil

**S**ão Paulo vai ser sede, de 27 a 31 de agosto, da Sessão Internacional do Tribunal Permanente dos Povos, instância criada em 1979, na Itália, para apurar a violação dos direitos humanos em todo o mundo e que, pela primeira vez, fará o julgamento de um país isolado. O tema pelo qual o Brasil será julgado é a violação dos direitos de crianças e adolescentes.

O trabalho do Tribunal dos Povos no país foi dividido em sessões regionais (já foram realizadas sessões em Belo Horizonte, Aracaju, Manaus, Porto Alegre e Cuiabá). Em cada um desses locais, fez-se um levantamento da principal problemática enfrentada pelas crianças e adolescentes que, no entanto, foi avaliada segundo enfoque não apenas regional, mas situada no contexto nacional. Em São Paulo, o grupo responsável pela realização da Sessão Internacional reuniu-se na sede do CRP para preparar o evento de agosto, uma sessão dedicada a avaliar os resultados de cada sessão regional e promulgar a sentença final. "Optamos por dividir o país em regiões porque, mais do que fazer um evento nacional e chegar a uma sentença, queríamos mobilizar a sociedade de tal forma que, após a realização do julgamento, fique um saldo de organização e propostas para que possamos dar continuidade ao trabalho", explicou Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo e principal idealizadora da realização do Tribunal dos Povos no Brasil.

Segundo Erundina, o principal mo-

tivo para ter pensado na proposta de realização do Tribunal no Brasil foi a grande distância existente aqui entre a legislação que estabelece direitos e deveres de crianças e adolescentes e a realidade vigente. "Estive na Itália em 1995 quando o Tribunal estava julgando a violação dos direitos de crianças e adolescentes em todo o mundo. O caso brasileiro é um dos mais graves em termos de violação dos direitos e, contraditoriamente, é um país que tem uma das legislações mais avançadas, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quer dizer, tem-se uma legislação avançada, só que não há uma correspondência em termos de ação de governo, políticas públicas nem a sociedade está sensibilizada, mobilizada e participando da luta pela aplicação dessa lei."

Para a realização do julgamento do Brasil estarão presentes cinco autoridades internacionais, além de juízes, advogados e juristas brasileiros. As personalidades internacionais já foram indicadas pelo Tribunal Permanente dos Povos. São eles: François Rigaux, presidente da Fundação Lellio Basso pelo Direito e Libertação dos Povos (instituição criadora do Tribunal), que presidirá a sessão. Além dele, estarão no julgamento o argentino Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, Salvatore Senese, magistrado e senador italiano, Perfecto Andres Ibañez e Elmar Alvaer. "Também estarão presentes Dalmo Dallari, que é membro permanente do Tribunal, além de ou-



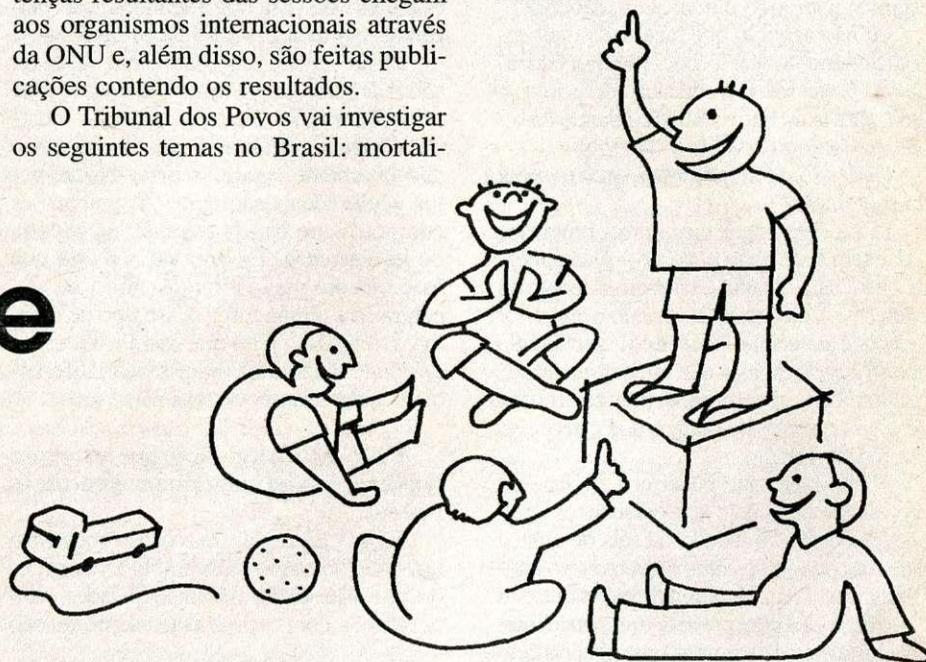
O grupo de trabalho do Tribunal Permanente dos Povos que se reúne na sede do CRP-06

tras personalidades brasileiras, intelectuais e políticos. Também haverá testemunhas e um corpo de jurados. Os jurados serão pessoas envolvidas com o tema, que podem fazer declaração de voto. É uma oportunidade de as entidades que estão no corpo de jurados poderem se manifestar sobre o problema. E também uma oportunidade de trazer experiências das diversas regiões do país", informou Erundina.

A ex-prefeita de São Paulo explicou também que o Tribunal dos Povos é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, mesmo não tendo competência para definir sanções ou penas para os países que violam a convenção internacional de direitos de crianças e adolescentes, suas conclusões têm grande repercussão internacional. As conclusões, resoluções e sentenças resultantes das sessões chegam aos organismos internacionais através da ONU e, além disso, são feitas publicações contendo os resultados.

O Tribunal dos Povos vai investigar os seguintes temas no Brasil: mortali-

dade materno-infantil, meninos e meninas de rua e na rua, trabalho infanto-juvenil e violência, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. "Um dos nossos objetivos é que o Tribunal funcione como uma instância de articulação entre os vários esforços que já existem nessa área. A sentença não pode ser o fim do processo, mas o início, e, desde que começamos o trabalho, já foram dados passos no sentido da articulação no âmbito dos Estados em cada região. Certamente a realização dessa iniciativa vai resultar em mais conhecimento sobre o problema, em troca de experiência, em conhecimento das várias soluções alternativas que estão acontecendo no país inteiro. É a nossa idéia é, depois, a criação de uma instância, que pode ser o próprio Tribunal, que dê continuidade ao processo", finalizou Erundina.



## Responsabilidade e proteção

**J**á se pode verificar os efeitos da realização da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil em São Paulo. Desde seu início, em fevereiro deste ano, começaram a ser desenvolvidos projetos para auxiliar na luta contra a exploração infantil, tais como: programas de renda mínima em vários municípios do Estado, oficinas pedagógicas com crianças para discutir temas do trabalho e permitir que as próprias vítimas da exploração reflitam sobre sua realidade, fóruns de discussão para provocar a criação de conselhos de defesa dos direitos da

criança e do adolescente e conselhos tutelares nos municípios onde tais instâncias não foram implantadas, além de um fórum permanente para acompanhar a situação da infância e adolescência em todo o Estado.

A informação é de Dayse Bernardi, conselheira do CRP-06 e coordenadora da Comissão Criança e Adolescente: Prioridade Absoluta, montada pelo Conselho para trabalhar as questões do setor. Dayse informou também que, durante a realização da Marcha, o movimento pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescen-

tes foi ganhando novos adeptos a cada município em que passava e que a organização feita pela base revelou-se uma eficiente estratégia para o sucesso da empreitada. "Entendemos que era necessário envolver toda a sociedade no sentido de perceber e se responsabilizar pela proteção à infância. Tivemos o tempo todo a preocupação de desmitificar a falsa concepção de que o trabalho infantil é for-

mador. Procuramos sensibilizar empregadores, familiares, comunidade e as próprias crianças sobre o impacto do trabalho no desenvolvimento das crianças e adolescentes", explicou a conselheira do CRP.

Como fruto dessas reflexões, as crianças produziram vídeos, desenhos e histórias que expressam a situação em que estão vivendo. A conselheira do CRP informou, ainda, que essa era

## CRIANÇA E ADOLESCENTE

justamente uma das vertentes da Marcha: dar mais um passo no sentido de erradicar o trabalho infantil, porém garantindo a compreensão da necessidade de que a educação seja universal, gratuita e de boa qualidade. "Os adultos têm a tendência a pensar que a criança que trabalha vai entrar na vida adulta com maior responsabilidade e que o trabalho infantil é um passo para vencer a pobreza. Mas isso é falso. A criança que tem entrada

precoce no mundo do trabalho, ao crescer, vai reproduzir a pobreza, porque não se qualificou e não passou pelas fases necessárias do desenvolvimento", defende Dayse.

Assim, foram realizadas atividades em São Paulo e em todas as subdesdes do CRP. E, como uma forma de contribuir para a continuidade do trabalho, o Conselho realiza, nos dias 19 e 20 de junho, o seminário "O trabalho infantil na perspectiva dos direitos fundamen-

tais da criança e do adolescente", em sua nova sede (veja programação no quadro abaixo). No evento será distribuído aos participantes o manual "A Criança e sua Convenção no Brasil", com texto cedido pelo advogado Edson Sêda. O manual trata a questão da infância e da adolescência sob a perspectiva dos direitos fundamentais e traz texto prático e didático, que poderá ser utilizado por profissionais de várias áreas que trabalham no setor da infância e adolescência. Esclarece, por exemplo, de que forma o Estatuto da Criança e do Adolescente define periculosidade e insalubridade no trabalho, além



de tocar em outros conceitos, explicando seu significado jurídico. "Vamos continuar caminhando com a idéia da defesa dos direitos da criança e do adolescente, disseminando, cada vez mais, princípios éticos e de responsabilidade que devem nortear a abordagem desse setor no Brasil", resumiu Dayse.

## VEJA A PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO DO CRP

## 19 DE JUNHO

19h00 - O trabalho infantil na perspectiva dos direitos fundamentais da criança e do adolescente

**Mesa de Abertura** - Sidnei Celso Corocine (conselheiro do CRP-06), Dayse Cesar Franco Bernardi (conselheira do CRP-06, coordenadora da Comissão Criança e Adolescente: prioridade absoluta), Antônio Funari Filho (presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Delegado Regional do Trabalho)

19h30 - A convenção dos Direitos da Criança no Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente 8 anos depois

Edson Sêda (advogado, educador, membro da Comissão Redatora do ECA, consultor da Unicef na América Latina, Prêmio Criança e Paz - Unicef/1995)

21h30 - Lançamento do manual sobre a Convenção dos Direitos da Criança no Brasil - Noite de autógrafos

## 20 DE JUNHO

9h00 - Os direitos sociais, a realidade do trabalho infantil e a universalização da educação

Trabalho Infantil, legislação e ética

Cililton Guimarães dos Santos (promotor de Justiça da Cidadania em São Paulo, coordenador nacional do Movimento Ministério Público Democrático)

Exclusão social

Antônio Lancetti (psicólogo, psicanalista, analista institucional)

O papel dos meios de comunicação no processo de exclusão social

Jô Azevedo (jornalista, pesquisadora da OIT - trabalho infantil)

Pedagogia da exclusão X educação

Maria Helena de Sousa Patto (prof. dra. do Instituto de Psicologia da USP)

Conseqüências do trabalho infanto-juvenil

Irandi Pereira (Defesa Internacional da Criança, seção brasileira)

14h00 - Políticas públicas, movimentos sociais e erradicação do trabalho infantil

Programas de renda mínima

Paulo Teixeira (advogado, deputado estadual pelo PT, autor do Projeto de Renda Mínima para o Estado de São Paulo)

Redes de proteção e sistema de garantias

Marise Egger (socióloga, assessora sindical)

Orçamento Criança

Marcos Barreto (economista, membro do Cote - FUMCAD)

Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Lélio Bentes (representante da Marcha Global na América Latina)

17h00 - Elaboração de documentos, moções e/ou carta aberta à população

**LOCAL: Rua Arruda Alvim, 89 - Próx. à est. Clínicas do Metrô**

## A trágica realidade brasileira

O Brasil vive um grande paradoxo. Apesar de ter uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a realidade é feita de desrespeito e abusos contra os cidadãos menores de 18 anos. Para se ter uma idéia, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nada menos que 3,8 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos de idade já estão pegando no batente. Desses, 60% trabalham no campo e 40% exercem atividades nas cidades. Isso sem contar os que estão submetidos clandestinamente ao trabalho, setor que, calcula-se, seja maior em atividades domiciliares e na lavoura.

As crianças são submetidas a maus-tratos e humilhações e existem 2,7 milhões delas que trabalham e não estudam. Desse total, 522 mil têm entre 5 e 9 anos de idade. Cerca

de 46,3% das crianças trabalham 8 horas ou mais por dia. Produzem tanto quanto um adulto, mas ganham três vezes menos. Segundo relatório do Ministério do Trabalho, 56,6% das crianças trabalham sem receber salário, porque são colocadas em atividades de subsistência, para ajudar a família.

Quanto à situação escolar, não é melhor. O Brasil tem 6 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Dois terços das que trabalham não concluem o 1º grau e de cada mil crianças matriculadas na 1ª série apenas 175 chegam ao final do curso. Dados do Ministério da Educação e da Cultura concluem que, no Sudeste, região brasileira economicamente mais desenvolvida, é também onde ocorre o maior índice de evasão escolar a partir da 5ª série. Isso ocorre porque os meninos e meninas dessa faixa etária estão sendo submetidos a entrar no mercado de trabalho.

## LIGUE CRIANÇA

## Serviço recebe denúncias de maus-tratos

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Duque de Caxias está recebendo, desde o dia 2 de março, denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes. O atendimento tornou-se possível com a instalação da linha telefônica 0800-24132 - Ligue criança grátis, fruto de parceria entre o Conselho, a Secretaria Municipal de Governo de Duque de Caxias e a Telerj. Segundo informações da presi-

dente do Conselho, Marlene Santos D'Almeida, 20,6% das agressões contra crianças e adolescentes não são registradas, não permitindo que haja punições aos agressores. Ainda segundo informações de Marlene, os profissionais de educação e saúde não denunciam os maus-tratos. "Quem mais denuncia a violência é a própria família", disse ela.

As ligações para o 0800-24132 serão atendidas no Conselho Tutelar e encaminhadas aos profissionais técnicos.

# São Paulo reafirma princípios

A categoria demonstrou maturidade no momento de debater as questões profissionais, agindo da mesma maneira quando discutiu suas

**F**oram três dias de debates sobre questões fundamentais para a psicologia. Temas sobre exercício profissional, globalização, organização da categoria, diretrizes para os cursos de formação, novamente mobilizaram os psicólogos paulistas, desta vez no III Congresso Regional de Psicologia, que aconteceu de 15 a 17 de maio na Capital. Foram avaliadas 274 teses por 125 delegados de vários municípios, eleitos nos Pré-congressos que aconteceram em abril. Deste total, a delegação regional levará para o III Congresso Nacional, que acontece em junho, as 62 proposições aprovadas.

O evento transcorreu em discussões tranquilas e sem acirramento de posições, no que diz respeito às teses. Os eixos temáticos: "Globalização e repercussões na profissão: estratégias de ação", "A psicologia e os movimentos estratégicos para intervenção da autarquia nas políticas públicas" e "A profissão de psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos conselhos" já haviam sido exaustivamente debatidos nos eventos preparatórios que aconteceram nos meses de fevereiro e março. E, se num primeiro momento da organização da categoria, muitas eram as discussões em torno de posições corporativas e conservadoras de alguns grupos, nessa etapa do movimento dos psicólogos o maior empecilho apontado pelos participantes foi o momento político por que passa o país e a desmobilização dos vários segmentos, provocada pela política neoliberal. "Estamos vivendo um momento de muito desânimo por parte da população e tem sido muito difícil implementar políticas públicas, devido ao descaso das autoridades e à política de terra arrasada do governo federal", disse ao **Jornal do CRP** Maria Teresita D. de S. Amaral, delegada do Congresso Regional e eleita como delegada para o Congresso Nacional.

Dessa forma, não houve imprevistos. Os delegados reiteraram as posições indicadas pelos psicólogos no

Fotos: Márcia Zoet



Acima, a mesa que coordenou os trabalhos III Congresso Regional Psicologia. Ao lado, momento de votação no plenário.

processo preparatório ao Congresso. Ou seja, no que diz respeito à globalização, as teses aprovadas defendem que os conselhos de psicologia incentivem a pesquisa e contribuam para que a psicologia possibilite novas formas de subjetividade, para fazer frente às imposições feitas pela ideologia neoliberal através do controle dos meios de comunicação de massa.

Por seu turno, a desregulamentação das profissões foi duramente criticada pelos delegados, que decidiram levar para o Congresso Nacional um posicionamento firme da Sexta Região em relação ao tema: é papel dos conselhos lutar contra o modelo desregulamentador, se articulando com outras entidades e grupos organizados de outras profissões, para ga-

rantir condições éticas e técnicas para o exercício profissional.

Também foi apontada a necessidade de reformulação do modelo de formação profissional do psicólogo, sendo que as teses aprovadas dão indicativo no sentido de que os conselhos estimulem a crítica e continuem defendendo um modelo de curso de psicologia generalista e voltado para as demandas sociais do país. E as teses aprovadas sobre as políticas públicas também apontam para a necessidade de que as entidades da psicologia continuem defendendo a formulação de políticas para setores como saúde, educação, habitação, criança e adolescente, combate ao desemprego, enfim, políticas de construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

"A tendência demonstrada pelos debates deste congresso revelam um grande amadurecimento da categoria que, a cada dia, incorpora mais e melhor a responsabilidade social do psicólogo", avaliou o conselheiro-presidente do CRP-06, Sidnei Corocine. Se a categoria demonstrou maturidade no momento de discutir as questões diretamente ligadas ao seu cotidiano profissional, agiu da mesma maneira no momento de debater suas formas de representação. Esse, inclusive, foi o momento de maior polêmica no plenário, já que entrou em discussão a redução do número de delegados a que o CRP-06 tem direito nos eventos representativos da categoria.

A discussão começou com a sugestão de apresentação, no III Congresso Nacional de Psicologia, de uma moção de repú-

o Regional

# democráticos

## Diretamente ligadas ao seu cotidiano Formas de representação

dio à decisão da Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) de alterar a composição das delegações regionais para o Congresso Nacional (São Paulo, por exemplo, teve sua delegação reduzida de 42 para 26 delegados). Apresentada a moção, iniciou-se um debate no plenário sobre a pertinência ou não de que o Congresso Regional assumisse. Essa foi a

questão que explicitou a divergência fundamental entre a atual gestão do Conselho Federal de Psicologia e a atual gestão do CRP-06.

Como portadora dos delegados contrários à aprovação da moção falou a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock. De acordo com Ana, a redução da representação paulista foi decidida após amplo debate em que a Gestão **Psicologia em Ação** foi convocada a se pronunciar, mas não apresentou proposta alternativa às que vinham sendo formuladas nos debates. Ana explicou também que a redução do número de delegados foi sugerida após a realização do II Congresso Nacional de Psicologia, há dois anos em Belo Horizonte. De acordo com suas explicações, essa redução possibilitaria a realização de congressos mais igualitários e melhor andamento das discussões. Segundo esse raciocínio, por ter direito a um número mais alto de delegados do que regiões menos populosas do país, São Paulo tinha de antemão maiores possibilidades de aprovar suas propostas.

Após a fala da presidente do Conselho Federal, o conselheiro do CRP-06 José Roberto Tozoni Reis pediu inscrição à mesa para defender a moção. Retomando a discussão, então a partir de outro enfoque, Tozoni fez um breve relato de todo o processo de discussão que havia antecedido a decisão, tomada no I Congresso Nacional de Psicologia, sobre o número de delegados de cada re-

gião do país. Defendendo o plenário dos congressos de psicologia como única instância competente para discutir tal questão, já que se trata de decisão de congresso, Tozoni explicou, que, quando a questão foi decidida, após dois anos de debates, tinha como ponto de referência o conceito de representação democrática (regiões mais populosas necessariamente têm que ter um número maior de representantes, ou seja, as delegações têm que ser proporcionais às bases representadas) e que, mesmo por esse parâmetro, São Paulo já vinha sendo sub-representado nos eventos da categoria, já que dispõe de 37% dos profissionais do país e comparecia aos congressos (quando tinha direito a 42 delegados) com apenas 22% do total do plenário. Hoje, após a redução do número de delegados, São Paulo passou a ter um índice de representação de 15% do total do número de delegados que compõem o plenário do Congresso Nacional.

Defendidas as duas posições e tendo havido chance para outras falas de um lado e de outro, partiu-se para a votação. Não foi necessário contar os votos. A apuração por contraste bastou para garantir a aprovação da moção, que deverá ser apresentada no Congresso Nacional da Psicologia como forma de protesto da Sexta Região quanto ao número de delegados a que ficou reduzida.

Ao final do Congresso, foram eleitos os 26 delegados efetivos e os 26 suplentes para o III Congresso Nacional, que se realiza em junho em Florianópolis (*veja quadro*). Enquanto se mantiver a decisão de redução da delegação paulista de 42 para 26 representantes, os delegados que se classificaram entre o 27º e o 42º ficam como suplentes e somente poderão ir ao Congresso com direito a voz e voto em caso de desistência de delegados efetivos, por ordem de votação. Também foram apresentadas, ao final do evento, as duas chapas que concorrem às eleições para o Conselho Regional de Psicologia que se realizam no dia 27 de agosto (*veja matéria à página 10*).

## CONHEÇA A DELEGAÇÃO PAULISTA

(por ordem de votação)

DELEGADOS EFETIVOS	Nº de votos
Dayse Cesar Franco Bernardi	76
Ana Maria R. Carvalho	71
Maria Teresa Del Nino J. de Amaral	70
Gabriela Checchia M. Campos	68
Glória Elisa B. Pires	68
Elcimara M. R. Mantovani	67
Helena M. C. de Moura Hirye	65
Marcos Aurélio Colen Leite	63
Sidnei Celso Corocine	63
Marilda Castelar	62
Nilma Renildes da Silva	62
Celi Denise Cavallari	61
Plínio C. Alvarenga	61
Rosemeire Foltran	61
Cássia Regina Rodrigues	59
Francisco José Molinari	59
Ezequiel Lacco Gonçalves	57
Osvaldo Gradella Júnior	55
Maria Carmem da Silva	53
Célia Marcondes Marques	53
Márcia C. S. Mendes	53
Cristina Amélia Luzio	52
Sérgio Ricardo Alves Donda	52
Patrícia Badari Corocine	48
André Ricardo O. Nogueira	47
Lumena A. Castro Furtado	43

DELEGADOS SUPLENTE	Nº de votos
Fátima Regina Costa	42
Jorge Broide	40
Ana Mercês Bahia Bock	38
Andréa Regina S. Poppe	38
Manoel Antonio dos Santos	37
Odair Furtado	35
Eduardo Palmeira Bandeira	34
Milton Baldon	33
Bronia Liebesny	31
Luis Carlos A. Lima	31
Inez G. Pistelli	30
Rachel Contrucci Alvim	30
Elisabeth Aparecida Medeiros	29
Edinilton J. S. Rosa	29
Elisa Catarina Turini	29
Fernanda Lou Sans Magano	29
Adalberto Botarelli	28
Valéria Pereira	27
Maria Cristina C. M. Luckasschek	26
Elisabeth Arouca	25
Demóstenes G. de Oliveira	25
Rogério Izidro Duran	23
Wanda Maria Junqueira Neves (IA)	22
Maria Auxiliadora Machado	17
Selma Lucia Maia	15
Aurea Sudário Lobo	14

## ELEIÇÕES

# Psicólogo elege novas gestões

Os psicólogos estarão elegendos seus novos representantes no dia 27 de agosto deste ano. Serão realizadas eleições para os conselhos regionais e para o Conselho Federal de Psicologia, cujas chapas deverão se apresentar para inscrição no Conselho Regional (chapa para o Conselho Regional) ou no Conselho Federal (chapa para o Conselho Federal) até o dia 13 de julho.

As eleições acontecerão nas sedes e subseções do Conselho. Até o fechamento desta edição do **Jornal do CRP**, o horário de votação estava sendo definido pela Comis-

são Eleitoral. Segundo informações da presidente da comissão, Maria Rosângela Zorzenon, o voto é obrigatório e, de acordo com o Regimento Eleitoral, para que o psicólogo possa exercer seu direito ao voto deverá estar em dia com a tesouraria do Conselho até o ano de 1997, ainda que sob a forma de parcelamento dos débitos.

Rosângela disse ainda que na região do CRP-06 serão instaladas zonas eleitorais nos municípios de: São Paulo, Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São José do Rio Preto e Taubaté (sede e subseções do CRP).

Nos municípios do interior do Estado serão instaladas urnas nas casas onde funcionam as subseções e, em São Paulo, a comissão estava negociando locais para votação.

Os psicólogos que residem em municípios em que não haja subseção do Conselho deverão votar por correspondência. A data para postagem da cédula será comunicada aos profissionais por mala direta. Os profissionais que não puderem comparecer para votação deverão apresentar justificativa de voto até 90 dias após a data da eleição (27 de novembro). Quem não apresentar justificativa

ficará sujeito a pagamento de multa a ser estabelecida pelo Conselho. “De acordo com a Lei 5.766/71, que cria os conselhos de psicologia, não poderemos aceitar justificativas apresentadas antes da eleição”, esclareceu Rosângela. A apuração dos votos deverá começar logo após o fechamento das urnas, com a presença de fiscais das chapas concorrentes.

## Elegibilidade e inscrição de Chapas

*Segundo o Regimento Eleitoral, são elegíveis os psicólogos que satisfizerem os seguintes requisitos: ser cidadão brasileiro, encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais, tiver inscrição principal no CRP há mais de dois anos da data da eleição e domicílio na região correspondente, não tiver condenação e pena superior a dois anos em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal, não tiver penalidade por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de cinco anos, e estiver quite até a data da inscrição das chapas, com a tesouraria do CRP, relativamente aos exercícios anteriores, ainda que sob a forma de parcelamento desses débitos.*

### Os critérios para inscrição de chapas, definidos no artigo 13 do Regimento Eleitoral são os seguintes:

• Os interessados deverão apresentar chapa contendo tantos nomes para membros efetivos e suplentes do Regional quantas forem as vagas a serem preenchidas.

§ 1º - A inscrição das chapas será solicitada à Comissão Eleitoral, através de requerimento firmado pelo encabeçador da chapa, acompanhado de declarações de concordância assinada pelos demais integrantes.

§ 2º - Decorridos até cinco dias úteis do final do prazo de inscrição de chapas, a Comissão Eleitoral emitirá parecer acolhendo o registro das chapas inscritas ou determinará o cumprimento de exigências.

§ 3º - Na hipótese de algum candidato não preencher as condições de concorrer às eleições, poderá a chapa, no prazo de cinco dias, apresentar substituto.

§ 4º - A Comissão Eleitoral, no prazo de 48 horas, apreciará o cumprimento das exigências ou a condição eleitoral do substituto, manifestando parecer acolhendo o registro da chapa ou impugnando-o.

§ 5º - Nenhuma chapa poderá concorrer se não tiver candidatos regulares para todos os cargos a serem preenchidos.

§ 6º - Da decisão de impugnação da chapa, caberá recurso à Comissão Eleitoral do Conselho Federal de Psicologia, composta por três conselheiros, no prazo de três dias úteis.

§ 7º - A Comissão Eleitoral do Conselho Federal apreciará o recurso no prazo de três dias úteis, devolvendo-o ao Conselho Regional para cumprimento da decisão e para efeitos do prosseguimento dos atos subsequentes.

O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo realiza, nos dias 20 e 21 de julho, eleições para sua diretoria executiva e conselho fiscal. Haverá urnas para votação no Sindicato dos Psicólogos (Rua Arruda Alvim, 391 - Pinheiros), CRP (Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana) e Instituto Sedes Sapientiae (Rua Ministro Godói, 1.484 - Perdizes). Também serão aceitos votos por correspondência (interior e capital) para facilitar a participação de todos os psicólogos. São eleitores todos os psicólogos que pagarem contribuição confederativa relativa ao ano de 1997 e/ou 1998, podendo os profissionais efetuar o pagamento até o dia 18 de junho.

**PSICÓLOGO! PARTICIPE DAS ELEIÇÕES PARA AS ENTIDADES.  
DÊ O SEU VOTO!**

## DIRETRIZES CURRICULARES

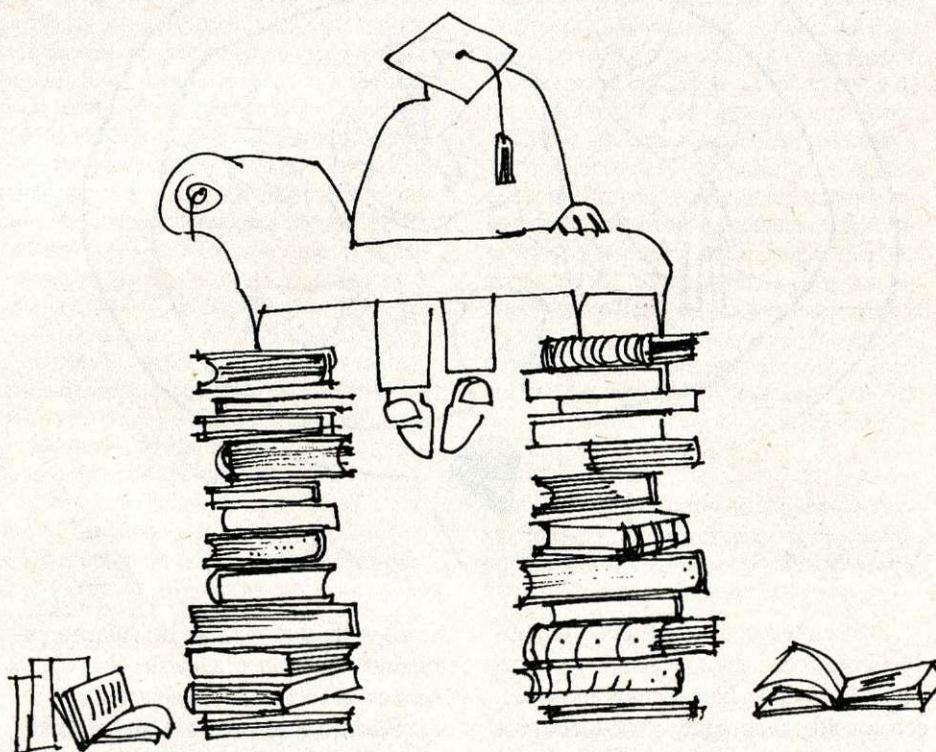
# Entidades questionam MEC

PSICÓLOGOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR FORMAÇÃO PROFISSIONAL E FAZEM GESTÕES JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA QUE APROVE PLANO ELABORADO COM A PARTICIPAÇÃO DE UNIVERSIDADES E ENTIDADES REPRESENTATIVAS

As entidades envolvidas na discussão sobre as diretrizes curriculares para os cursos de psicologia (representadas basicamente pelos conselhos regionais e Federal e universidades) montaram um esquema de plantão para acompanhar passo a passo as decisões do MEC em relação ao assunto. Uma das medidas que adotaram foi o envio, no início de junho, de abaixo-assinado para a Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu) pedindo aprovação da proposta de diretrizes elaborada com sua participação e montaram um fórum permanente de formação, que deverá aglutinar propostas relativas à questão e garantir a circulação de informações entre estes órgãos.

O debate entre as entidades e o MEC sobre as diretrizes curriculares para os cursos de psicologia vem acontecendo desde 1992, quando o Ministério montou comissão de especialistas para elaborar documento contendo tais diretrizes, que deveria subsidiar a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Desde então, a questão das diretrizes curriculares passou por várias etapas de negociações e enfrenta agora seu momento decisivo: ainda este ano, deverão ser aprovadas as novas "regras" a serem seguidas por todos os cursos do país.

No entanto, não são poucas as dificuldades que o movimento dos psicólogos vem enfrentando. Desde 1992 o MEC já nomeou três comissões de especialistas para elaborar as diretrizes e os sucessivos documentos apresentados por tais comissões foram, paulatinamente, definindo um perfil para os cursos de psicologia que não agrada em nada aos setores comprometidos com a formação profissional. Tais documentos, além de fortalecerem a política neoliberal, permitindo que o poder público se descomprometa cada vez mais com o ensino superior, prevêm para os cursos de psicologia uma formação tecnicista e voltada para as especialidades. Os setores organizados em entidades, que vêm discutindo a questão desde a década de 80, preconizam exatamente o contrário: uma formação



generalista, voltada para a prevenção e promoção da saúde coletiva. Suas discussões foram embasadas por resultados de várias pesquisas e estudos sobre o perfil do psicólogo brasileiro, perspectivas de ação e novas áreas de inserção, realizados pelos conselhos de psicologia.

Segundo informações de uma das participantes das discussões, Glória Elisa Pires Von Büettner, conselheira do CRP-06, tais pesquisas e estudos vêm sendo realizados desde o início das discussões pelas entidades, na década de 80, processo que culminou na realização, pelos conselhos, do Processo Constituinte da Psicologia em 1994, em que um dos principais eixos temáticos era justamente a formação profissional. "Desde o início das discussões os setores comprometidos com uma formação de qualidade vêm apontando a proliferação desordenada de cursos de psicologia e a ênfase num ensino muito tecnicista e voltado para a prática privada da profissão", explicou Glória.

É essa tendência, expressa nos documentos apresentados pelas comissões do MEC, que os conselhos, juntamente com as demais entidades, querem superar. Ainda de acordo com

informações de Glória, as diferenças de concepção entre o movimento organizado dos psicólogos e o Ministério da Educação foi se acentuando ao longo do tempo. "A primeira comissão de especialistas montada pelo MEC, em 1992, trabalhou na mesma direção em que vinham as discussões da categoria. Tanto que partiram dos documentos e resultados de pesquisas que os psicólogos vinham produzindo. Além disso, na produção final de seu documento, solicitaram sugestões de universidades e entidades e respeitaram os princípios norteadores que enviamos." Como fruto dessa primeira etapa do processo, foi elaborado um documento de diretrizes curriculares contendo dez princípios que deveriam balizar o processo de formação.

A partir daí, no entanto, as relações começaram a azedar. Com a aprovação do texto da LDB, o governo Fernando Henrique Cardoso deu início ao processo de discussão de critérios para avaliação dos cursos e passaram a ocorrer as duas discussões concomitantemente: diretrizes curriculares e critérios de avaliação. No início do ano passado uma nova comissão foi montada pelo MEC. Desta vez para montar um documen-

to contendo padrões de qualidade e critérios de avaliação para todos os cursos superiores. Corriam em paralelo as discussões promovidas pelos conselhos. Naquela altura dos acontecimentos, após a realização do II Congresso Nacional da Psicologia, as entidades montaram um Fórum de Formação que vinha discutindo as deliberações do congresso, as diretrizes contidas no texto da LDB e os dois documentos até então produzidos pelo MEC: o que continha as diretrizes curriculares e o que continha os padrões de qualidade e critérios de avaliação do ensino superior.

Foi então realizado o Fórum Nacional de Formação pelas entidades, que convidaram os membros da comissão do MEC a participar. Dessas discussões, as entidades aprovaram nove entre as dez diretrizes expressas no documento do MEC e fizeram algumas sugestões de alteração no documento de avaliação do ensino. A principal sugestão feita pelas entidades era que o governo procurasse concatenar o documento de avaliação com o de diretrizes e ampliasse a avaliação de forma a garantir que o ensino tivesse caráter menos tecnicista e mais generalista. "Depois disso o MEC mudou pela terceira vez a comissão de especialistas e foi aí que a situação se agravou", disse Glória.

Segundo a conselheira, apesar de todas as sugestões que já haviam sido enviadas ao MEC, essa terceira comissão nomeada modificou novamente o documento. "Só que para atender ao Plano Nacional de Educação, que leva às últimas conseqüências o caráter tecnicista e o projeto neoliberal do governo federal", explicou. Agora, com a criação do fórum permanente, as entidades querem reverter a tendência, em mais uma tentativa de evitar descabros como, para citar apenas um exemplo, a de o país ter um curso de psicologia voltado para "habilidades", o que significa, entre outras distorções, que o aluno terá que fazer sua escolha profissional já no início do curso e sem nenhum conhecimento prévio da totalidade de áreas que a psicologia abrange.

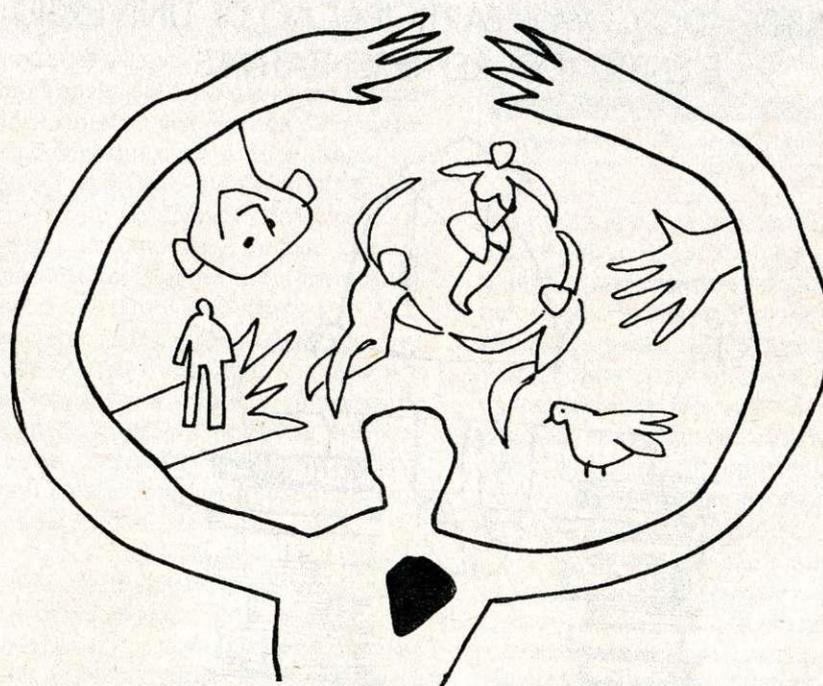
## AVALIAÇÃO

# Psicologia conquista reconhecimento

JÁ NÃO SE CONCEBEM MAIS DISCUSSÕES SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CRIANÇA E ADOLESCENTE OU NA ÁREA JUDICIÁRIA SEM A PRESENÇA DE PSICÓLOGOS

A trajetória que a psicologia vem percorrendo ao longo do tempo não tem sido das mais fáceis. Mesmo assim, não se pode negar que grandes avanços vêm sendo conquistados pela categoria. Dessa forma os conselheiros da gestão **Psicologia em Ação** avaliam o momento por que passa a profissão, após três anos à frente do CRP. Para justificar sua opinião, apontam o reconhecimento que a psicologia veio conquistando e que tem sua mais explícita tradução na presença cada vez maior de profissionais em várias instâncias da sociedade civil, serviços públicos de saúde e instituições de atendimento à população. Tal fato nem sempre é visível a “olho nu”, mas pode ser exemplificado pelo grande número de solicitações que o Conselho recebe a cada dia, espécie de declaração de confiança prestada aos psicólogos através da entidade que os regens. “Ninguém concebe mais criar um serviço de saúde, educação, nas áreas judiciária, da infância e adolescência ou do trabalho, sem a presença do profissional psicólogo”, avaliou o conselheiro do CRP Floriano Nuno de Barros Filho.

Por esse motivo, vem se tornando cada vez mais necessário aprofundar as questões pertinentes ao exercício profissional da psicologia. Foi esse um dos principais fatores que motivaram o CRP a manter, ao longo dos últimos três anos, uma agenda permanente de eventos sobre os mais diversos temas, convocando o profissional a participar, contando de sua prática cotidiana, para que se pudesse tirar deliberações calcadas na realidade e nas demandas sociais que se apresentam. Um bom exemplo foi o processo de discussão sobre educação especial desencadeado pelo CRP envolvendo todos os setores ligados ao tema, como professores, pedagogos, fonoaudiólogos, diretores de escola, pais de alunos e alunos, que se disseminou a ponto de ser hoje um dos temas que se encontram na ordem do dia até mesmo nas delegacias de ensino das mais variadas regiões do Estado.



do um número de aproximadamente 800 participantes. Isso sem contar os profissionais que, por não terem podido participar diretamente dos eventos, sempre recorrem ao acervo montado pelo Conselho, contendo as fitas de vídeo de todos os eventos e debates, ou às publicações que são feitas periodicamente com a íntegra de palestras e debates.

“Mas acredito que também conseguimos criar condições favoráveis para que a categoria se aproximasse do Conselho”, disse Barros Filho. De fato, desde que os profissionais elegeram como um de seus mais privilegiados fóruns de discussões os Congressos de Psicologia, que se realizam a cada dois anos, o que se verifica é um salto qualitativo no processo organizativo da categoria. Uma das preocupações básicas da gestão, desde então, tem sido a de democratizar as discussões, realizando antes de cada congresso uma rodada de eventos preparatórios aberta a todos aqueles que quiserem participar. Esse método de trabalho permitiu, ao longo do tempo, consolidar a mobilização dos profissionais da psicologia, mas também possibilitou a participação de profis-

da Sexta Região. Desde que a instalação de conselhos regionais de base estadual foi decidida pela plenária do I Congresso Nacional da Psicologia, em 1994, o CRP-06 iniciou um processo de discussão nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, criando as condições favoráveis para o surgimento do CRP-14, que congrega os dois Estados. O desmembramento foi feito de forma a que não houvesse prejuízo para a organização dos psicólogos daqueles dois Estados. Para isso, o CRP-06 garantiu infra-estrutura para que o CRP-14 iniciasse suas atividades, porém, com total autonomia política.

Para conseguir dar saltos tão significativos do ponto de vista político e profissional, no entanto, o Conselho tratou de trabalhar em outras frentes que permitissem ao psicólogo condições concretas para incrementar suas ações. Por isso investiu na aquisição da nova sede do CRP e de casas para quase todas as subsedes, equipando os imóveis e dotando-os de condições de funcionamento. Tanto a sede quanto as subsedes revelaram-se um eficiente instrumento

facilitador para o movimento da categoria, que já vem sendo utilizado para a realização de eventos, debates e reuniões. Sobre o assunto, Barros Filho explicou que as casas não significam apenas um aumento no patrimônio da categoria, mas que, antes disso, sua aquisição seguiu as necessidades de maiores espaços para que os psicólogos pudessem se organizar, debater os temas prioritários e realizar seus encontros de confraternização.

Uma vez iniciado o processo, o próximo passo é solidificá-lo, dando continuidade às ações. Alguns passos já foram dados nesse sentido. Recentemente, por exemplo, foi inaugurado o site do CRP na internet, como forma de democratizar o acesso às informações sobre o Conselho e garantir que o profissional possa se relacionar ativamente com a entidade. Também será instalada uma rede de intranet (rede interna), fazendo a ampliar as possibilidades de participação do psicólogo na gestão e nas discussões mais importantes sobre a psicologia e o exercício profissional, os primeiros resultados já se fazem sentir tanto na Capital quanto no interior do Estado. É que desde a gestão Psicologia e Cidadania, que deu origem a atual **Psicologia em Ação**, o CRP mudou a forma de participação dos municípios do interior, ampliando o papel das subsedes no cotidiano do Conselho. As subsedes, que antes eram comandadas por um delegado, agora têm à sua frente as comissões gestoras, formadas por três profissionais da região em que funcionam, e as plenárias que acontecem toda semana na sede do Conselho, na Capital, também contam com a presença constante de psicólogos convidados que participam das decisões com direito a voz e voto. “Acreditamos que tais ações revertem em benefícios para os profissionais, já que possibilitam um maior conhecimento da natureza do trabalho do psicólogo, suas especificidades e objetivos”, disse Barros Filho.

## ACONTECEU NAS SUBSEDES

### ASSIS

- Aconteceu em Assis, no dia 07 de maio, o evento "Mão de Criança não pega no pesado", realizado pelo CRP, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Radialistas, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Adunesp-Unesp, Secretarias Municipais de Ação Social, Educação e Saúde. Na ocasião foi realizado debate sobre o tema "Trabalho Infantil, Educação e Maioridade Penal", que contou com apresentação do promotor da Infância e Juventude de Assis, Eduardo Henrique Amâncio de Sousa, da professora organizadora de tribunais nacionais e internacionais contra a exploração do trabalho infantil, Tereza Lajolo, do presidente do Condeca, padre Plínio Possobom, e de Iracilda Pereira Canha, membro do Condeca. Segundo a comissão gestora da subsede o evento teve como principal objetivo dar continuidade à luta em defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente e sua realização possibilitou a criação de um fórum permanente de discussões das questões referentes às crianças e adolescentes.

- Os Dez anos da Luta Antimanicomial foram comemorados em Assis no dia 19 de maio, na Unesp, com atividades expressivas, música, dança, esportes, estampagem de camisetas, durante a tarde e à noite com um debate sobre "Experiências Regionais de Saúde Mental". O evento foi realizado pela Subsede de Assis, Departamento de Psicologia Clínica da Unesp de Assis, DIR VIII e Secretaria Municipal de Saúde. Participaram, além de profissionais da saúde, familiares e usuários do serviço de saúde mental.

### BAURU

- No dia 24 de maio foi apresentado o Globo comunidade com eixo temático "Extinção de Classe Especial", com a coordenadora de Classes especiais da Delegacia de Ensino de Bauru, Vera Capellini, a professora Ângela e a conselheira do CRP -06 Nilma Renildes. O

programa mostrou o projeto de extinção gradativa de classes especiais na região.

### CAMPINAS

A subsede realizou o evento Saúde Mental e abertura para a vida, no dia 21 de maio, no salão vermelho da Prefeitura de Campinas. O evento foi coordenado pelo CRP-06, Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, Secretaria de Saúde - Comissão de Saúde Mental e pelo Núcleo do Movimento da Luta Antimanicomial. Participaram 60 pessoas entre usuários, familiares e técnicos. Na ocasião debateu-se a situação dos serviços de saúde mental no município de Campinas, como a desospitalização do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, a intervenção no Hospital Psiquiátrico de Tibiriçá (que em cinco anos estará extinto) e a ampliação dos serviços da rede de Postos de Saúde com Serviço de Saúde Mental, Hospital-dia leitos em hospitais gerais, outros equipamentos substitutivos, bem como a necessidade de uma conferência municipal de saúde mental, com abrangência regional, já que a problemática está também no encaminhamento para hospitais psiquiátricos na região não alcançados pelos esforços do Movimento da Luta Antimanicomial. A comemoração dos 10 anos da Luta Antimanicomial na região de Campinas contou ainda com eventos como exposições, palestras, apresentação de peças de teatro, apresentação de filmes, shows, além da abertura oficial de um salão de beleza no Centro de Convivência.

- Também em Campinas a subsede realizou o evento "O psicólogo no mercado de trabalho e a realidade nacional". O evento teve por objetivos promover discussão sobre a inserção do psicólogo no mercado de trabalho e propiciar a organização da categoria na região e a delimitação das funções das entidades representativas do psicólogo e da psicologia. Durante o evento foram realizados debates sobre os temas: "A realidade nacional e o desenvolvimento da psicologia no Brasil", "O psicólogo no mercado de Trabalho" e "Organização dos Psicólogos".

- A subsede participou, ainda das atividades de mobilização contra a exploração do trabalho infantil e contra a redução da maioridade penal, integrantes da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil: recepção à Marcha no dia 23 de maio, com atividades culturais, que foram realizadas, além de Campinas, em Americana, Indaiatuba, Araras, São João da Boa Vista e Mogi Guaçu e Amparo.

### SANTO ANDRÉ

A subsede esteve na organização da I Conferência de Saúde Mental de Santo André que ocorreu de 3 a 5 de abril. Na ocasião foi realizada palestra por Paulo Amarante, psiquiatra da fundação Oswaldo Cruz e professor da Faculdade Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro. Participaram profissionais de saúde mental e usuários do sistema. De acordo com Meyre Magnani da comissão gestora da subsede, no debate que sucedeu a palestra "ficou claro, mais uma vez, a necessidade da criação de serviços substitutivos". No evento foi aprovada a necessidade de implantação dos trabalhos de saúde mental dentro do processo de territorialização.

- A subsede de Santo André também participou, em Diadema, da inauguração da fundação da Associação Livre dos Usuários, Familiares, Profissionais e Amigos de Saúde Mental. A associação será aberta a todos os interessados e pretende aglutinar as entidades que atuam com saúde mental. A Associação estará utilizando o espaço do CAPSI, à Rua. Manoel da Nóbrega, 833, em Diadema.

### RIBEIRÃO PRETO

- A subsede participou da organização da recepção à Marcha Global contra o Trabalho Infantil, no dia 25 de abril. No dia 27, o CRP promoveu panfletagem na Praça XV de Novembro alertando a população quanto aos malefícios causados pelo trabalho a crianças e adolescentes. No dia 29 a comissão gestora da subsede esteve no município de São Carlos, onde

foi apresentado vídeo com palestra sobre globalização, com os psicólogos José Roberto Tozoni Reis e José Leon Crochik. Após a exibição do vídeo houve debate entre os presentes e os membros da comissão gestora: Maria Cristina Francelin e Francisco José Molinari.

- Também em Ribeirão Preto houve comemorações ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial com shows e exposição de fotos na estação rodoviária, exibição do filme "Uma janela para a Lua", no MIS, um café da manhã no Museu do Café e ato público e panfletagem no calçadão.

### SANTOS

- A subsede de Santos recebeu a Marcha Global Contra o Trabalho infantil, no dia 5 de maio com o evento "A Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente", no auditório da Faculdade de Economia. O evento contou com a participação de 300 pessoas. O evento foi realizado em conjunto com entidades locais e contou com as presenças de Oris de Oliveira, consultor do Unicef, Denise Lappold, procuradora do trabalho e do psicólogo Francisco José Molinari, membro da comissão Criança e Adolescente: prioridade absoluta do CRP-06.

### TAUBATÉ

- No dia 9 de maio a subsede participou de evento preparatório para a chegada oficial da Marcha Global contra o Trabalho Infantil. O evento aconteceu no SESC de Taubaté, com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil da região sobre a marcha e sobre a luta contra a exploração do trabalho infantil e contra a redução da maioridade penal para adolescentes.

- A subsede oficializou, no dia 12 de maio, a compra de imóvel para funcionamento de suas atividades, com a assinatura da escritura pelo conselheiro presidente Sidnei Celso Corocine. A comissão gestora está preparando coquetel de inauguração da nova subsede e convida todos os psicólogos do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Fiquem de olho, o evento será divulgado pela subsede.

## ACONTECEU EM SÃO PAULO

# Porte de Armas

O Conselho realizou o evento "O porte de armas na alça de mira", nos dias 23 e 29 de maio, com a presença de aproximadamente 200 participantes. O evento contou com uma primeira palestra em que foram discutidas as questões políticas e sociais que criam a necessidade de aprovação de uma lei para legalizar o porte de armas pela população. A impunidade e a falta de

ações das autoridades quanto à segurança da população foram um dos fatores apontados como causas do surgimento da lei.

Já no segundo dia do evento, foram discutidas as questões diretamente relacionadas ao atestado psicológico para concessão de porte de armas. A representante do CRP Dayse Cesar Franco Bernardi reiterou a posição do Conselho, contrária ao armamento da

população, e falou sobre a responsabilidade do psicólogo no momento de fornecer um laudo atestando condições para que alguém porte uma arma.

Por seu lado, Solange Muglia Wechsler, professora do programa de pós-graduação da PUCCamp e membro do grupo de pesquisa em avaliação psicológica da Ampepp, discorreu sobre os instrumentos de avaliação disponíveis pela psicolo-

gia, questionando a exigência de que o laudo seja conclusivo (expressa na lei) e ponderando sobre as condições que tais instrumentos oferecem para que o psicólogo faça uma avaliação desse tipo. Ao final de sua fala, Solange levantou para a platéia a questão sobre se a categoria se sente em condições de realizar as avaliações para concessão de porte de armas.

## ACONTECEU EM SÃO PAULO

## DESencontros da ética

O CRP realizou, nos meses de abril e maio, o evento "Os desencontros da Ética", em que foram discutidas questões do exercício profissional do psicólogo como pesquisa, saúde e exclusão social. Segundo informações da conselheira Cláudia Medeiros, o primeiro encontro, que tratou de questões de ética em pesquisa, procurou promover uma discussão sobre os princípios éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos com ênfase para a necessidade de que os procedimentos sejam voltados ao respeito ao sujeito pesquisado. "Também procuramos divulgar a existência da Resolução 196/96, que estabelece os critérios para a pesquisa no país", informou a conselheira.

No segundo encontro, que tra-

tou de ética e saúde, foram abordados dois extremos, os direitos reprodutivos e a questão da morte. Sobre esse dia do ciclo de debates, Cláudia declarou que se tratou de discussão bastante prática, em que muitas das considerações feitas pelos psicólogos eram relativas a situações surgidas no seu dia-a-dia profissional. "Foi um debate muito rico, com grande participação do público."

Já no terceiro dia do evento o tema tratado foi a ética e a exclusão social. Foi o dia mais concorrido do ciclo, com mais de 270 participantes. "Esse fato nos deu um indicador de que o psicólogo está atento para a construção de uma psicologia que extrapole a prática no âmbito do consultório particular", disse Cláudia.

Ao final do ciclo, foi realizada uma tarde de temas livres em que psicólogos apresentaram suas preocupações cotidianas. "Acredito que dessa maneira, conseguimos discutir a ética com maior proveito do que se nos limitássemos a debater artigos e parágrafos do Código de Ética Profissional, pois as discussões revelaram muitas inquietações e a necessidade de que as respostas para os problemas com que deparamos sejam formuladas a partir da nossa prática, e não que nos limitemos a buscar respostas burocráticas", concluiu Cláudia.

As fitas contendo as palestras encontram-se no CRP e serão encaminhadas cópias para universidades e outros conselhos profissionais.

## LIVROS

**O Campo da Atenção Psicossocial - Anais do I Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro**  
Ana Tereza Venâncio, Erotildes Maria Leal, Pedro Gabriel Delgado (orgs)  
Te Corá Editora

(co-editor: Instituto Franco Basaglia)  
658 páginas, 16X23 cm, R\$30,00

O atendimento em saúde mental sob o paradigma não asilar vem criando no Brasil ricas experiências à espera de partilha e análise. Esta obra vem preencher essa lacuna, através de 62 trabalhos de profissionais e familiares de todo o país, apresentados como temas livres no I Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 1996.

Em 18 capítulos, estão registradas e em debate experiências que se acumulam nos serviços de atenção diária, oficinas, programas especiais. Em tais lugares e práticas, questões antes externas ao cuidado deslocam-se para o centro, tornam-se cruciais: autonomia/tutela, gestão do cotidiano, moradia, trabalho, direitos, lazer. Experiências diferentes, pois vividas em lugares diversos. Mas que se encontram na similaridade dos novos desafios de uma cartografia ainda em construção. Prática clínica e subjetividade. O suporte social na reforma psiquiátrica. Os programas mu-

nicipais de saúde mental. Psicanálise. Reabilitação psicossocial. Trabalho e lazer assistidos. Arte e terapia. Ética e direitos do sujeito fora de si. Os grupos de usuários. Saúde mental e trabalho. Trabalhadores em Saúde mental.

Este novo campo que vem se construindo, ao adotar o termo psicossocial, toma para si a interdisciplinaridade como um desafio e convida a um esforço de conhecimento das novas exigências do cuidado. O livro permite conhecer as novas experiências que a reforma psiquiátrica trouxe.

**A Doação do Trabalho - Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico**

João Ferreira da Silva Filho e Silvia Jardim (orgs)

Te Corá Editora

366 páginas, 14X21 cm, R\$30,00

Este livro revela pesquisas que vêm conformando um campo de estudo de grande desenvolvimento nos últimos anos: saúde mental e trabalho. Quatro áreas temáticas abrigam 20 ensaios de 26 autores: Trabalho & Subjetividade, Trabalho & Doença Mental, Trabalho & Gênero e Trabalho & Profissionais de Saúde.

Os textos abordam temas e discussões com que trabalhadores de várias

profissões deparam diariamente. Analisam de que forma a organização do ambiente do trabalho, das regras e rotinas, das relações interpessoais e da subjetividade individual afetam a saúde mental dos que trabalham. De que forma o desemprego prolongado afeta a saúde psicossocial dos cidadãos. Como certos profissionais - bancários, juizes, trabalhadores em saúde, prostitutas, psicanalistas - lidam com a sobrecarga psíquica de suas atividades. Como as mulheres se relacionam, subjetiva e objetivamente, com o trabalho. O sofrimento psíquico de trabalhadores acometidos por L.E.R. e a dificuldade de se estabelecer o nexo causal entre trabalho e saúde mental.

Alguns ensaios discutem a própria relação do profissional de saúde mental que cuida do mundo do trabalho, sua formação, sua relação com os pacientes e seu papel no cuidado com um trabalhador perplexo diante das transformações aceleradas que atingem o trabalho humano.

**Para pedidos:**

Rua Guajajaras, 910/s. 412 - CEP: 30.180-100 - telefax (031) 271-4049 - Belo Horizonte - MG - Caixa Postal 34.100 - CEP 22462-970 - Rio de Janeiro - RJ - E-mail: tecora@net.em.com.br

## AGENDA

**DIABETES** - A Associação Nacional de Assistência do Diabético realiza, no dia 19 de julho, sua campanha gratuita de detecção e educação em diabetes. A campanha ocorrerá no colégio Madre Cabrini (próximo ao metrô Vila Mariana), das 8h às 16h. Durante o evento haverá curso de educação em diabetes para portadores e familiares. Os temas das palestras são: Orientação alimentar, Tratamento com comprimidos e insulina, Cuidados com os dentes, Autocontrole domiciliar - exame de sangue/urina, Cuidados com os pés, Orientação psicológica. A Secretaria de Estado da Saúde terá postos espalhados pela cidade para realização de testes e, através do Conselho Regional de Bio Medicina, os laboratórios de análises clínicas também realizarão detecções em outros municípios do Estado. Maiores informações pelo tel. (011) 572-6559.

**REABILITAÇÃO** - A obra Don Duanelle - Recanto Nossa Senhora de Lourdes - Centro de Educação Especial e o Instituto Apae de Pesquisa e Preparação de Pessoal na área da Deficiência Mental (Iapedem) realizam, dias 13 e 14 de agosto, o IV Seminário Internacional de Reabilitação e Educação da Criança Portadora de Deficiência Mental e/ou Sensorio-Motora. O evento acontece no auditório do Iapedem/Apae, à rua Loefgreen, 2.109, das 8h30 às 16h30 (onde os interessados deverão buscar maiores informações). O evento terá como tema central "A inserção do portador de deficiência nas escolas públicas e particulares" e deverá discutir questões como: "Qual inserção para qual integração", "A integração escolar de qualidade: as condições que a determinam", "História da integração escolar na Itália e na Suíça", "A integração, na sala de aula, dos alunos com deficiência cognitiva: o ponto de contato entre os objetivos personalizados e a programação curricular da classe" e "Propostas didáticas para a classe na qual estão presentes alunos portadores de deficiência cognitiva".

**PSICOLOGIA HOSPITALAR** - O município do Guarujá será sede, de 27 a 29 de agosto, do I Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Serão abordados os seguintes temas: Oncologia, Pediatria, Aids, Cardiologia e Ética, entre outros. Maiores informações pelo tel. (017) 224-0507.

**PERSONALIDADE E MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS** - O Centro de Estudos Psicodinâmicos de Santa Catarina (CEPSC) estará realizando, dias 25 e 26 de setembro deste ano, em Florianópolis, sua II Jornada. O evento terá como tema central as "Estruturas da personalidade e manejo de suas manifestações clínicas". Segundo os realizadores, a jornada pretende divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo CEPSC, integrar os profissionais da psicodinâmica e psicobiologia e aprimorar científica e tecnicamente as atividades desenvolvidas entre 1997 e 1998. Maiores informações pelo tel (048) 224-4444 ou pelo fax (048) 223-5961.

## OPINIÃO

# O psicólogo e a proteção integral à cidadania

\*EDSON SÊDA

**S**eguramente devemos ao desenvolvimento da psicologia muito da percepção adquirida no século XX de que o ser humano não amadurece de supetão aos 21 anos, ou aos 18, 16 ou 14. Os psicólogos do desenvolvimento ocupam um lugar na história dos direitos humanos ao ajudarem a demonstrar, de maneira cabal, que a criança e o adolescente amadurecem fluida e progressivamente para a vida social e, conseqüentemente, para as coisas éticas e jurídicas da convivência humana.

Essa percepção demorou mas foi transposta para as doutrinas jurídicas que insistiam em ver *menores incapazes* onde existem crianças e adolescentes com real capacidade e aptidão para as relações éticas que organizam a sociedade.

Claro que não estou afirmando a exclusividade dos psicólogos nessa revolução ética. Ao contrário, o que digo é que os estudiosos do comportamento, das atitudes e das motivações humanas vêm cumprindo historicamente a sua parte na interdisciplinariedade com que antropólogos, sociólogos, geneticistas, pedagogos, economistas, juristas, jornalistas etc. firmam convicções sobre o fato de que, além da lei gerada pelos governos, há uma *lei luz que nasce em nós mesmos*.

Não foi por outra razão que, ao firmar a

*Convenção Sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1959* (que apesar do nome é claramente uma convenção sobre direitos e deveres da criança e do adolescente), o Brasil assumiu compromissos juridicamente exigíveis, em nível internacional.

Esses compromissos, que configuram uma *globalização ética* no fim do Século XX, consistem em não apenas trabalhar pela efetividade de normas que vêm de fora das pessoas (que vem do *Estado* autocrático), mas, principalmente, organizar a sociedade com as normas *que vêm de dentro* das pessoas, normas essas que as crianças são as mais aptas, capazes e eficientes para construir.

Assim nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro, pioneiro conjunto de regras dessa construção do sujeito jurídico *por dentro*, reconhecendo o quanto o ser humano é juridicamente precoce e o quanto crianças e adolescentes, como sujeitos capazes, fazem amadurecer a sociedade que os respeita...

O protagonismo que o Brasil desempenha na luta contra o trabalho infantil, contra os maus-tratos na família, na escola, nas comunidades e nas empresas, contra a discriminação e a anticidadania têm tudo a ver com esse esforço inter e transdisciplinar. A Constituição Federal de 1988 criou dois

novos importantes *Institutos Jurídicos*: o da participação da população na formulação de políticas para a criança e o adolescente e o da prioridade absoluta ao mundo infanto-juvenil na proteção integral à cidadania.

Na entrada do terceiro milênio temos agora a consciência de que mudar o paradigma da criança é percebê-la em suas múltiplas capacidades inscritas num Código Genético e não como *menor incapaz* por imposição de códigos do Estado autocrático. Claro que muitos juristas ainda não acordaram para a distinção entre ser capaz para *firmar contrato ou alienar bens* (capacidade civil) e ser capaz de viver, relacionar-se com as pessoas, manifestar vontade, ter sentimento ético da vida etc. (capacidade social).

Muitos só vêem duas dimensões da cidadania: a civil e a política, cegos que são para a dimensão social da cidadania. Os mentores da velha doutrina da menoridade absoluta até 18, 16 ou 14 anos, com suas superadas leis ou códigos de *menores*, não perceberam que quando nasce o ser humano já está pronto em si mesmo para viver. Depois de nove meses de gestação, recebe atestado de maioridade para ingressar no palco da vida socialmente multipartilhada e desempenhar papéis sociais *aqui e agora*.

É assim que o Conselho Regional de

Psicologia traz o saber da psicologia aplicada às lutas por direitos e deveres sociais de que crianças e adolescentes são dotados reconhecidamente no Brasil, já faz 10 anos. É assim que a luta contra o trabalho infantil significa lutar contra a deformação infantil na fase crucial da vida em que se constrói a norma *que vem de dentro*.

Lutar pela cidadania significa primeiramente lutar contra todas as formas de tratar crianças como objetos dos adultos. Significa de maneira radical trabalhar por duas coisas (e nisso os psicólogos conscientes de seu papel social são mestres): preparar cada pessoa — ancião, adulto, adolescente ou criança — para perceber os demais *como sujeitos*. Para isso há que se abandonar antigos hábitos, usos e costumes historicamente construídos de tratar as pessoas como objetos. E significa fundamentalmente ajudar as pessoas a *sentirem-se sujeitos*. É na infância e na adolescência que as pessoas são dotadas de maior capacidade para essa construção normativa dos sujeitos que habitam o mundo da cidadania.

\* *Edson Sêda é advogado e consultor do Unicef para a América Latina, autor dos livros "A proteção integral", "Infância e sociedade", "Terceira Via" e "A Lei Luz que nasce em nós"*.

## EDUCAÇÃO

## Bauru fecha classes especiais

As crianças portadoras de deficiências, seus pais e os profissionais que trabalham em educação especial na região do município de Bauru estão comemorando um empreendimento de sucesso: o fechamento de sete classes especiais e a crescente aceitação, por parte de profissionais, pais e escolas, do projeto que prevê a extinção gradativa de todas as classes da região destinadas aos portadores de deficiência. O projeto de extinguir as classes, surgido dos eventos comemorativos da Luta Antimanicomial no ano passado, é fruto de longas discussões em que participaram todos os setores envolvidos com a questão (psicólogos, professores, pedagogos, fonoaudiólogos, técnicos e pais de alunos) e teve a participação direta do Conselho Regional de Psicologia. "O CRP vem participando de todas as discussões e promoveu, inclusive, o Encontro Regional de Educação Especial, em setembro do ano passado, oportunidade em que pudemos aprofundar os debates anteriores e de onde surgiu concretamente a proposta de fechamento das classes", informou a conselheira Nilma Renildes.

Nilma explicou também que foi destacada uma equipe técnica para propor uma metodologia de trabalho e realizada uma etapa preparatória antes do fechamento da primeira

classe. "Foram consultados professores, pais, alunos, diretores de escolas e todos os segmentos envolvidos na questão e até agora a implantação do projeto tem obtido sucesso absoluto", disse.

Segundo informações de Vera Lúcia Mesias Fialho, assistente técnica de educação especial da Delegacia de Ensino da região, que está trabalhando diretamente no projeto, a previsão é que a extinção seja feita de forma gradativa e criando-se as condições para a integração dos alunos nas classes regulares. "Nesse primeiro momento, as classes especiais estão funcionando como salas de recursos e os professores trabalham o mesmo conteúdo da sala regular. Para isso montamos um esquema em que os alunos das classes especiais passaram a freqüentar a classe regular, mas mantivemos o atendimento nas classes de recurso entre três e quatro vezes por semana no turno contrário ao da classe regular que os alunos freqüentam. Por outro lado, os professores das classes regulares estão sendo atendidos pelos professores das classes especiais em Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), para discussão dos problemas que enfrentam e suas soluções." A divisão dos alunos foi feita seguindo dois critérios básicos: idade e nível de aprendizagem.

Já foram fechadas quatro classes de deficientes auditivos, duas de deficientes visuais e uma de deficientes mentais. De acordo com informações de Vera Lúcia, ainda é cedo para se proceder a uma avaliação dos resultados do ponto de vista de aprendizagem das crianças. Mas as perspectivas são muito boas, já que, do ponto de vista social, tanto as crianças que faziam parte das classes especiais quanto as crianças que estavam nas classes regulares que as receberam reagiram bem. "As crianças estão mais felizes e o que pudemos perceber é que os alunos das classes regulares os receberam muito bem e têm sido de grande ajuda na superação dos problemas que enfrentam."

Citando como exemplo o caso dos deficientes auditivos, Vera Lúcia contou que as crianças, muitas vezes, os entendem melhor do que os professores e fazem a intermediação, explicando para estes o que as crianças querem dizer. "Esta adaptação tranqüila cria muitas boas perspectivas para uma avaliação de aprendizagem", disse ela. Dessa forma, oferecendo suporte tanto para alunos quanto para professores, a região pretende dar seqüência ao projeto e, para o ano que vem, já se pode contabilizar outras escolas em que professores, pais, alunos e diretores consultados manifestaram o desejo de aderir ao projeto.

## Informe Publicitário

O Instituto Sedes Sapientiae está com inscrições abertas desde o dia 15/06 para os cursos do 2º semestre de 1998 abaixo discriminados:

## Especialização e aperfeiçoamento

- Clínica psicanalítica do envelhecimento
- Formação Reichiana
- Psicoterapia psicodinâmica da pré-adolescência e adolescência

## Expansão cultural

- A psicanálise e a sociedade contemporânea
- Arte/educação do movimento
- Arte: ampliação do campo da consciência
- Conhecendo alguns aspectos das pessoas portadoras de deficiência
- Desenvolvimento do raciocínio clínico na prática terapêutica
- Eutonia: um caminho para a percepção corporal
- Filosofia
- Mitos: padrões arquetípicos da psique na prática junguiana
- Movimento expressivo e desenvolvimento do corpo
- Movimento harmônico e a integração do ser
- O brincar, o aprender e o ensinar: a relação pedagógica como espaço de construção criativa de conhecimentos
- Prevenção ao uso de drogas
- Psicopatologia e psicofarmacologia para psicólogos e profissionais afins
- Psicossomática: a experiência da homeopatia e da psicologia junguiana: uma visão integrada do ser humano
- Sexualidade em tempos de Aids

## INFORMAÇÕES

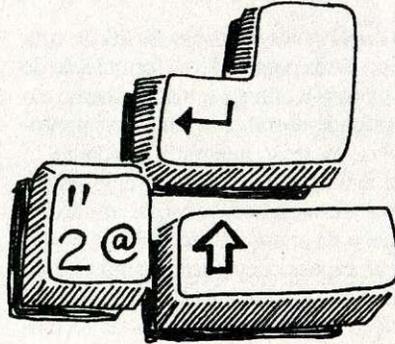
Secretaria do Instituto Sedes Sapientiae  
Rua Ministro Godoy, 1.484 - Perdizes - SP  
Telefone: 3873-2314, ramal 33  
home page: <http://www.ibase.org.br/~sedes>

## ORIENTAÇÃO

# Como navegar no site do conselho

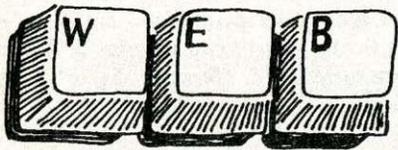
O CRP inaugurou, no dia 16 de maio, seu web-site na Internet. Com esse novo recurso de comunicação o conselho pretende facilitar o acesso da categoria às informações de que dispõe em seu acervo, assim como possibilitar uma via de contato entre os psicólogos. Segundo informações de Paulo Flávio Massaro Duque, que elaborou o site do CRP, "os recursos viabilizados no web-site foram planejados de forma que o espaço seja útil, diversificado, simples e eficiente".

Percorrendo o site do conselho, os psicólogos poderão



encontrar informações úteis ao seu dia a dia, além de orientação. Também foi reservado um espaço para bate-papo e um fórum, onde o profissional poderá expressar suas opiniões sobre quaisquer assuntos. Veja abaixo quais são os elementos que compõem o site do conselho e como navegar:

O site foi dividido em duas áreas: *Sobre o CRP* e *Serviços*. Na primeira estão disponíveis textos informativos sobre o CRP: finalidade, organização, histórico, subdes, formas de contato, conselheiros, gestão atual etc. Na segunda parte estão os serviços disponíveis para o usuário:



**VISITE O SITE DO C.R.P.-06**

<http://www.crsp.org.br>

## AGENDA

- Uma agenda mensal relaciona diversos eventos de interesse para as várias áreas de atuação profissional do psicólogo. Um formulário pode ser utilizado para sugestões.

## CENTRO DE ORIENTAÇÃO

- Nestas páginas estão disponíveis respostas à diversas perguntas que chegam com mais frequência ao conselho através do CO. Os profissionais também poderão formular suas questões diretamente ao Centro de Orientação através de formulários específicos.

## DÚVIDAS

- As dúvidas poderão ainda ser enviadas através de um formulário simples que estará sempre acessível a um clique do mouse.

## BIBLIOTECA

- Esta seção possui diversos artigos, leis, documentos, resoluções etc. Um mecanismo de pesquisa (search engine) irá procurar quais textos possuem determinada(s) palavra(s) digitada(s). Diversos textos serão continuamente acrescidos de informações.

## FÓRUM

- O Fórum é uma área livre onde o psicólogo poderá colocar sua opinião sobre qualquer assunto. As opiniões poderão ser respondidas. Tudo fica registrado na página do Fórum e o encadeamento das mensagens cria um ambiente dinâmico, interessante e participativo. Fóruns com temas específicos podem ser criados no futuro.

## CHAT

- Este recurso, construído com a tecnologia Java, permite que várias pessoas conversem em tempo real (via teclado). A exemplo de outros chats, também há a opção de manter conversação em ambiente privado.

## LINKS

- Esta página contém uma relação com diversos sites de interesse dos psicólogos.

## EDUCAÇÃO

- Aqui, dentre outras coisas, pode ser encontrada a relação detalhada de todas as faculdades e universidades que possuem cursos de psicologia.

## JORNAL DO CRP

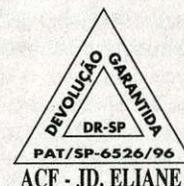
- Os textos ficarão permanentemente disponíveis e poderão ser consultados e impressos a qualquer momento.
- Edições anteriores estão sendo preparadas e logo estarão acessíveis.

## NEWSLETTER

- Assine gratuitamente a newsletter do CRP e receba em seu e-mail, regularmente, notícias de seu interesse: basta preencher o seu nome, seu e-mail, e clicar o mouse!

JORNAL DO  
**CRP**  
 CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA  
 6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74  
 Fone: (011) 574-7133  
 Fax: (011) 575-0857  
 CEP: 04038-004 - São Paulo - SP  
 E-mail: [info@crpsp.com.org.br](mailto:info@crpsp.com.org.br)



**IMPRESSO**